

Relatório de Autoavaliação Institucional
Ano Referência- 2025
IFG - Câmpus Luziânia



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Relatório de Autoavaliação Institucional
Ano Referência - 2025

Luziânia, abril de 2026.



Reitoria do IFG
Reitora
Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Diretoria Executiva
Wanderley Azevedo de Brito

Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
Sandra Abadia Ferreira

Pró-Reitoria de Ensino
Tauã Carvalho de Assis

Pró-Reitoria de Extensão
Reinaldo de Lima Reis Junior

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Lorena Pereira de Souza Rosa

Diretoria Geral do Câmpus Luziânia
Ione dos Santos Velame

Equipe Comissão Central da CPA 2025/2027

Michele Siqueira
Presidente
Representante Docente 1

Aniela Pilar Campos de Melo
Secretária
Representante Docente 2

Viviane Bueno Guimarães
Representante Técnico-Administrativa 1

Patrícia Souza Barbosa Oliveira
Representante Técnico-Administrativa 2

Walter Pereira de Freitas
Representante Técnico-Administrativa 3

Larissa Messias Moraes
Representante Docente 3

Sthefanny Memore do Carmo
Representante Discente 1

Bárbara Angela Scandiuzzi de Souza
Representante Discente 2

Gabriel Nascimento de Oliveira
Representante Discente 3

Equipe Elaboradora – Comissão Local de Avaliação – Câmpus Luziânia
Portaria nº 5679/2025

Moema Patrícia Barros de Castro
Representante Docente

Jason Hugo De Paula
Representante Docente

Cicero Batista dos Santos Lima
Representante Técnico-Administrativo

Francielle Maria Rocha Alves
Representante Técnica-Administrativa

Jose Carlos Barros Silva
Representante Docente (Suplente)

Laiana Alves Guimaraes de Almeida
Técnica-Administrativa (Suplente)

Romilson Cardoso
Técnico-Administrativo (Suplente)

Sofia Guedes de Oliveira Cortes
Representante Discente

Eduardo Pereira Mendes
Representante Discente (Suplente)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AEE:** Atendimento Educacional Especializado.
- CEFETs:** Centros Federais de Educação Tecnológica.
- CIS:** Comissão Interna de Supervisão.
- CODIR:** Colégio de Dirigentes.
- CONAES:** Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior.
- CONCAMPUS:** Conselho de Câmpus.
- CONEP:** Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- CONSUP:** Conselho Superior.
- CPA:** Comissão Própria de Avaliação.
- CPAL:** Comissão Própria de Avaliação Local.
- CPC:** Conceito Preliminar de Curso.
- CPPD:** Comissão Permanente de Pessoal Docente.
- CPPIR:** Comissão Permanente para as Relações Étnico-Raciais.
- DAES:** Diretoria de Avaliação da Educação Superior.
- EAD:** Ensino a Distância.
- EJA:** Educação de Jovens e Adultos.
- ENADE:** Exame Nacional de Desempenho de Estudantes.
- FIC:** Formação Inicial e Continuada.
- IES:** Instituição de Educação Superior.
- IFG:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- IGC:** Índice Geral dos Cursos.
- INEP:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- MEC:** Ministério da Educação.
- NAPNES:** Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas.
- NDE:** Núcleo Docente Estruturante.
- PDI:** Plano de Desenvolvimento Institucional.
- PEI:** Procuradoria Educacional Institucional.
- PNEE:** Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas.
- PPC:** Projeto Pedagógico do Curso.
- PPE:** Plano de Permanência e Êxito.

PPI: Projeto Pedagógico Institucional.

PROAD: Pró-Reitoria de Administração.

PROEN: Pró-Reitoria de Ensino.

PROEX: Pró-Reitoria de Extensão.

SIC: Serviço de Informação ao Cidadão.

SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

SUAP: Sistema Unificado de Administração Pública.

TAE: Técnico-Administrativo em Educação.

Lista de Gráficos

Gráfico 1.1 - Número e Proporção de Discentes por Curso (Ano de Referência: 2025)	15
Gráfico 3.1 - Resultados: Eixo I: Planejamento e Autoavaliação.....	35
Gráfico 3.2 - Resultado Comparativo: Eixo 1 – Dimensão 8 (2021 vs. 2025) .	36
Gráfico 3.3 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 1 (2025)	48
Gráfico 3.4 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 3 (2025)	49
Gráfico 3.5 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 1 (Ano de Referência: 2021 vs. 2025).....	50
Gráfico 3.6 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 3 (Ano de Referência: 2021 vs. 2025).....	51

Lista de Quadros

Quadro 1.1 - Distribuição da oferta de vagas no Câmpus Luziânia (Ano de Referência: 2025).....	14
Quadro 1.2 - Distribuição da oferta de vagas em cursos e programas de extensão no Campus Luziânia (Ano de Referência: 2025)	15
Quadro 1.3 - Distribuição das matrículas por modalidade (Ano de Referência: 2025)	16
Quadro 1.4 - Distribuição de servidores no Câmpus Luziânia (Ano de Referência: 2025)	17
Quadro 1.5 - Avaliações internas e externas.....	17
Quadro 1.6 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP	18
Quadro 1.7 - Dimensões avaliadas pelo INEP	19
Quadro 1.8 - Desempenho ENADE e CPC – Câmpus Luziânia (Ciclo 2021) - Indicadores Consolidados: Licenciatura em Química e Bacharelado em Sistemas de Informação	21
Quadro 1.9 - Composição da CPA Central IFG 2025-2027 (Portaria nº 3644 - REITORIA/IFG, de 02 de julho de 2025).....	24
Quadro 1.10 - Composição da Comissão Própria de Avaliação Local (CPAL) – Câmpus Luziânia (Portaria nº 5679 - REITORIA/IFG, de 05 de novembro de 2025)	26
Quadro 2.1 - População e amostra por estratos correspondentes	31
Quadro 2.2 - Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores	31
Quadro 2.3 - Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos técnicos ...	32
Quadro 2.4 - Cronograma de Execução das Atividades (Câmpus Luziânia – Ciclo 2025).	33
Quadro 3.1 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2025).....	34
Quadro 3.2 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2021).....	34
Quadro 3.3 - Questão 1:Conhecimento sobre resultados da CPA	38
Quadro 3.4 - Questão 2: Respostas institucionais às demandas da CPA.....	40
Quadro 3.5 - Questão 3: Síntese de Divulgação do Planejamento Anual	42
Quadro 3.6 - Questão 4: Síntese da Participação no Planejamento Anual	43
Quadro 3.7 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2025).....	45

Quadro 3.8 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2021).....	45
Quadro 3.9 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2025).....	46
Quadro 3.10 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2021).....	47
Quadro 3.11 - Evolução dos Resultados Institucionais (2021 vs. 2025)	51
Quadro 3.12 - Questão 1: Síntese do Conhecimento sobre a Função Social do IFG	53
Quadro 3.13 - Questão 2: Síntese sobre o Conhecimento do PDI	55
Quadro 3.14 - Questão 1: Respeito às diferenças na comunidade do IFG	57
Quadro 3.15 - Questão 2: Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico	60
Quadro 3.16 - Questão 3: Ações voltadas à preservação do meio ambiente .	62
Quadro 3.17 - Questão 4: Política de inclusão e acompanhamento de PNEE	65
Quadro 3.18 - Sugestões CPAL para o Eixo 1 - Planejamento e Autoavaliação Institucional	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS	12
1.2	ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	17
1.3	AVALIAÇÕES INTERNAS.....	21
1.4	EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG.....	22
1.5	ATUAL COMPOSIÇÃO DA CPA DO IFG.....	23
2	METODOLOGIA.....	27
2.1	DELINEAMENTO DO ESTUDO	29
2.2	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	29
2.3	QUESTIONÁRIOS.....	29
2.4	DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA.....	30
2.5	CONSULTA A DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS.....	32
2.6	ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICAÇÕES À GESTÃO.....	32
2.7	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES.....	33
3	RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES.....	32
3.1	EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	34
3.2	ANÁLISE DOS RESULTADOS: EIXO PLANEJAMENTO E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	35
3.3	EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	45
3.4	ANÁLISE DOS RESULTADOS: EIXO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	48
3.5	SUGESTÕES DA CPAL.....	67
4	DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO.....	69

1 INTRODUÇÃO

O Instituto Federal de Goiás (IFG) passou por diversas transformações ao longo de sua história até alcançar o modelo institucional atual. Sua origem remonta a 1909, com a criação das primeiras escolas profissionais oficiais por meio do Decreto n.º 7.566. Naquele contexto, foram instituídas as dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, que tinham como objetivo a formação de operários e contramestres, por meio de um ensino essencialmente prático, aliado a conhecimentos técnicos voltados às demandas das indústrias locais (GOMES, 2004).

Em 1942, essas escolas foram transformadas em Escolas Técnicas, ampliando sua estrutura e abrangência. Com a transferência da capital do estado para Goiânia, a instituição também foi relocada, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial e adotando a denominação de Escola Técnica de Goiânia. Posteriormente, em 1959, com a promulgação da Lei n.º 3.552, foi instituída a Rede Federal de Ensino Técnico, e as escolas passaram a ser denominadas Escolas Técnicas Federais.

A partir de 1978, iniciou-se um processo gradual de transformação dessas instituições em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). No estado de Goiás, essa mudança ocorreu oficialmente em 22 de março de 1999, quando a então Escola Técnica Federal de Goiás passou a ser denominada Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), ampliando sua atuação para o ensino superior, além do desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão.

Em 2007, o Decreto n.º 6.095 deu início ao processo de integração das instituições federais de educação tecnológica. Esse movimento culminou na criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Os Institutos Federais têm como missão ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, promovendo a formação integral de cidadãos, a verticalização do ensino do nível médio à educação superior, além de fomentar o desenvolvimento regional por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Autoavaliação Institucional instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que, de acordo com a Lei nº 10.861 de 14 de abril

de 2004, tem entre seus objetivos produzir conhecimentos, identificar causas de problemas ou deficiências, subsidiar a tomada de decisão da Instituição, melhorar a qualidade da educação superior e, acima de tudo, prestar contas à sociedade.

A Autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, deve ser vista como um processo de autoconhecimento e prestação de contas a ser conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), envolvendo toda a comunidade que compõe a Instituição.

O processo de Autoavaliação Institucional é anualmente consolidado por meio de Relatórios de Autoavaliação Institucional que tem por finalidades sistematizar e levar ao conhecimento da comunidade os resultados obtidos, fomentar a cultura de avaliação institucional, promover melhorias na Instituição e subsidiar os processos de avaliação externa.

O Relatório está estruturado conforme proposta de roteiro da Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014 e apresenta a seguinte estrutura:

1. Apresentação da Instituição: apresenta um breve histórico da Instituição e sua atual estrutura;
2. Atos regulatórios da Educação Superior: contextualiza o leitor a respeito dos atos regulatórios estabelecidos na Portaria nº40 de 2007, atualizada em 2010;
3. Consolidação do processo de autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás: expõe a trajetória do processo de autoavaliação da Instituição.
4. Metodologia: apresenta métodos e etapas da condução da autoavaliação institucional, tais como: delineamento do estudo, instrumentos e técnicas de coleta de dados, definição da população de pesquisa, escalas e critérios de análise.
5. Resultados, análises e sugestões: nesta seção é apresentado ao leitor, os resultados da pesquisa de autoavaliação, as análises dos resultados e as propostas de melhorias ao IFG.
6. Desafios para os próximos processos de autoavaliação

É importante destacar que o processo de elaboração e consolidação do Relatório de Autoavaliação é compreendido de forma substancial e não só como mero procedimento burocrático ou movimento de avaliar por avaliar. O presente

Relatório busca contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição por meio da disponibilização dos dados, análises e sugestões da CPA para os agentes envolvidos nos processos deliberativos, de modo que as políticas institucionais sejam cada vez mais assertivas.

Os resultados da autoavaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, referente ao ano de 2025, presentes neste relatório, serão amplamente divulgados à comunidade acadêmica e discutidos junto à gestão do IFG, em eventos institucionais.

1.1 APRESENTAÇÃO DO CÂMPUS

1.1.1 Apresentação do Câmpus

O Câmpus Luziânia do IFG foi instituído pela Portaria MEC n.º 04, de 7 de janeiro de 2009, iniciando suas atividades acadêmicas em 21 de junho de 2010. Sua implantação contou com a parceria da Prefeitura Municipal de Luziânia, que doou um terreno de aproximadamente 34.984,94 m² para a construção da unidade.

Inicialmente, o campus ofertou cursos superiores de Licenciatura em Química e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, além de cursos técnicos integrados ao Ensino Médio em Informática para Internet, Mecânica e Química. Também foram ofertados o curso técnico integrado na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Manutenção e Suporte em Informática e o curso técnico subsequente em Edificações, totalizando 210 vagas iniciais.

A definição desses cursos baseou-se em estudos realizados entre 2008 e 2009 pelo Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica da Região Centro-Oeste. Esses estudos consideraram aspectos sociais, econômicos e educacionais do município de Luziânia e de sua região de influência, abrangendo um raio de até 90 km, com o objetivo de identificar as demandas por qualificação profissional.

Ao longo dos anos, a oferta de cursos foi reestruturada para melhor atender às necessidades regionais. O curso técnico subsequente em Edificações foi extinto em 2012. Em 2013, deixaram de ser ofertados o curso técnico integrado em Mecânica e o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Nesse mesmo ano, foram implantados o curso técnico integrado em Edificações e o curso superior de Bacharelado em Sistemas de Informação. O

curso técnico na modalidade EJA em Manutenção e Suporte em Informática, interrompido em 2013, foi retomado em 2016 com uma nova proposta pedagógica.

Atualmente (2025–2026), o Câmpus Luziânia oferece cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, em Edificações, Informática para Internet e Química, além de cursos superiores, em Bacharelado em Sistemas de Informação e Licenciatura em Química. A instituição também mantém ofertas na modalidade EJA, bem como ações de pesquisa, extensão e programas institucionais voltados à permanência e êxito dos estudantes.

1.1.2 Processos regulatórios

As Instituições de Educação Superior (IES) estão submetidas a processos regulatórios que visam garantir a qualidade da educação ofertada no país. Nesse contexto, o Ministério da Educação (MEC), por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), condiciona o funcionamento das instituições e a oferta de cursos a atos regulatórios, tais como credenciamento e credenciamento institucional, além de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

Esses processos são disciplinados pelo Decreto n.º 5.773, de 9 de maio de 2006 e pela Portaria Normativa MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicada em 29 de dezembro de 2010). As avaliações conduzidas pelo INEP consideram tanto aspectos externos quanto internos das instituições, sendo que, neste último caso, destaca-se o papel das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), responsáveis por coordenar os processos de autoavaliação institucional.

- **Localização**

O Instituto Federal de Goiás (IFG), por meio do seu Campus Luziânia, está localizado no município de Luziânia, no estado de Goiás, na Rua São Bartolomeu, situada na Vila Esperança. A instituição atende a uma população diversificada, abrangendo estudantes do ensino médio integrado, educação de jovens e adultos (EJA), educação profissional técnica e ensino superior, além de oferecer atividades voltadas à comunidade externa por meio de cursos de extensão.

- **População atendida**

Luziânia é um município do estado de Goiás, fundado em 13 de dezembro de 1746, e ocupa a sexta posição entre os mais populosos do estado, com cerca de 214.645 habitantes, ficando atrás apenas de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Rio Verde e Águas Lindas de Goiás. Nesse contexto, o IFG Câmpus Luziânia atende à população residente no município, estimada nesse mesmo total.

- **Cursos**

No que se refere à oferta de cursos, o campus disponibiliza, no ensino superior, o Bacharelado em Sistemas de Informação e a Licenciatura em Química. Também oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio e modalidades voltadas à EJA.

- **Quadro número de cursos e vagas**

Em relação às vagas, em processos seletivos recentes foram ofertadas, por no âmbito do IFG Campus Luziânia, 24 vagas para o curso de Bacharelado de Sistemas de Informação e 28 vagas para o curso de Licenciatura em Química, este número pode variar de acordo com os editais vigentes.

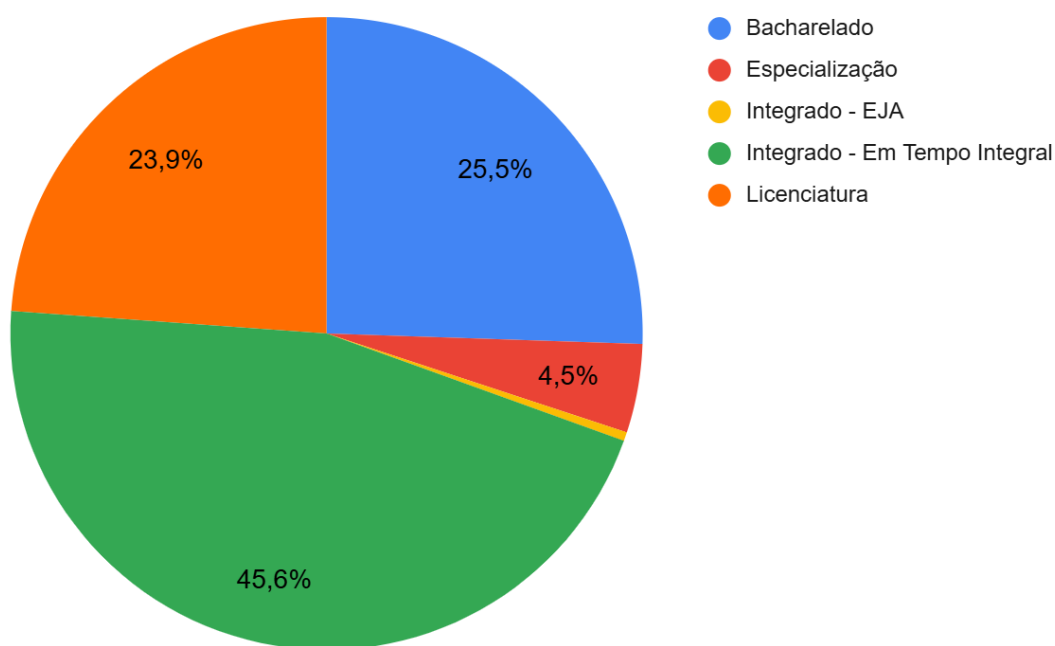
O quadro que segue esquematiza a distribuição da oferta de vagas, pela Instituição, no IFG campus Luziânia e nas respectivas modalidades existentes no campus:

Quadro 1.1 - Distribuição da oferta de vagas no Câmpus Luziânia (Ano de Referência: 2025)

Campus	Modalidade	Total de Matrículas
Luziânia	Técnico Integrado em Edificações	84
	Técnico Integrado em Química	94
	Técnico Integrado em Informática para Internet	89
	Bacharelado em Sistemas de Informação	180
	Licenciatura em Química	195
	Técnico Integrado em Manutenção e Suporte em Informática - Proeja	5
Total		647

Fonte: IFG, SUAP Ensino (2026)

Gráfico 1.1 - Número e Proporção de Discentes por Curso (Ano de Referência: 2025)



Fonte: IFG, SUAP Ensino (2026)

- Cursos de extensão, ensino e pesquisa

Além do ensino regular, o IFG Câmpus Luziânia desenvolve cursos e projetos de extensão, ensino e pesquisa, tais como iniciativas na área de robótica voltadas para crianças e jovens, o programa Partiu IF destinado ao reforço educacional e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Também é ofertado o curso de Panificação no Programa Mulheres Mil, cujo objetivo é qualificar mulheres para atuarem na área da panificação no mercado de trabalho. Esses programas também oferecem vagas específicas, como no caso do Partiu IF, que chegou a disponibilizar cerca de 40 vagas na edição de 2025.

- Quadro de cursos e vagas dos cursos de extensão.

Quadro 1.2 - Distribuição da oferta de vagas em cursos e programas de extensão no Câmpus Luziânia (Ano de Referência: 2025)

Curso / Programa	Ano	Quantidade de estudantes	Observação
Partiu IF	2025	40 vagas	Turma única
Panificação (Programa Mulheres Mil)	2025	44 alunas	Número real de participantes
Curso de Robótica (Programa START)	2025	50 vagas	Atende crianças e jovens

Fonte: IFG, SUAP Ensino (2026).

- Formas de ingresso

As formas de ingresso no IFG Campus Luziânia incluem o vestibular próprio da instituição, frequentemente utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), quando há vagas remanescentes é aberto edital para o vestibular tradicional, por meio do qual é também possível o ingresso na instituição para o ensino superior, além disso há os processos seletivos específicos para cursos técnicos integrados ao ensino médio, o ingresso para modalidade EJA é por meio de análise documental e entrevista com os candidatos às vagas, há também as transferências internas e externas para ingresso como portador de diploma e inscrições diretas para cursos de extensão.

Quadro 1.3 - Distribuição das matrículas por modalidade (Ano de Referência: 2025)

Modalidade	Total de Matrículas
Bacharelado	169
Especialização	30
Integrado - EJA	3
Integrado - Em Tempo Integral	302
Licenciatura	158
Total Geral	662

Fonte: IFG, SUAP Ensino (2026).

- Quadro de servidores (docentes e técnicos)

No que concerne ao quadro de servidores do IFG Câmpus Luziânia este é composto por um total de 107 profissionais, distribuídos entre docentes e técnicos administrativos, sendo o número de 60 docentes efetivos, responsáveis pela condução das atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de 7 docentes substitutos, que atuam no suporte às demandas acadêmicas. A instituição conta ainda com 40 técnicos administrativos, que desempenham funções essenciais para o funcionamento institucional, garantindo o apoio administrativo às atividades acadêmicas e administrativas do campus.

Quadro 1.4 - Distribuição de servidores no Câmpus Luziânia (Ano de Referência: 2025)

Categoria	Quantidade
Docentes efetivos	60
Docentes substitutos	7
Técnicos administrativos	40
Total	107

Fonte: IFG, LUZ-CRHAS (2026).

1.2 ATOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Inicialmente, é necessário contextualizar os atos e processos regulatórios aos quais as Instituições de Educação Superior (IES) estão submetidas, bem como o papel das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) nesse âmbito.

Com o intuito de assegurar a conformidade e a qualidade da oferta educativa no Brasil, o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) condicionam o funcionamento das IES e a oferta de cursos a atos de credenciamento e reconhecimento institucional, bem como à autorização, ao reconhecimento e à renovação de reconhecimento de cursos superiores de graduação.

Tais processos são disciplinados pela Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicada em 29 de dezembro de 2010), e pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. A avaliação institucional conduzida pelo Inep fundamenta-se em procedimentos externos e internos, estruturados conforme o quadro a seguir:

Quadro 1.5 - Avaliações internas e externas

Avaliações internas	Avaliações Externas	Indicadores de Qualidade
Relatórios da Comissão Própria de Avaliação - CPA	Avaliações in loco, relacionadas aos processos de credenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos superiores de graduação	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE
		Conceito Preliminar de Curso (CPC), gerado a partir do ENADE e outros insumos.
		Índice Geral dos Cursos - IGC, gerado a partir dos CPCs e outros insumos.

1.2.1 Avaliações externas

1.2.1.1 Avaliações *in loco*

As avaliações *in loco* compõem os processos regulatórios da educação superior. Tais avaliações são realizadas por comissões do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em visita à IES, com objetivo de avaliar as instituições, nos processos de credenciamento e reconhecimentos, e seus cursos, nos processos de autorização, reconhecimento de curso e renovação de reconhecimento de curso).

O INEP utiliza instrumentos próprios que identificam o perfil institucional por meio de seus cursos, atividades, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais.

No Instrumento de Avaliação Institucional do INEP, documento norteador das avaliações institucionais, as 10 dimensões do PDI são organizadas em 5 eixos, conforme quadro que segue:

Quadro 1.6 - Eixos e Dimensões do Instrumento de Avaliação Institucional do INEP

Eixos	Dimensões
Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional	Considera a dimensão 8 (Planejamento e Avaliação) do Sinaes. Inclui também um Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do seu processo avaliativo (interno e externo) em relação ao PDI, incluindo os relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do período que constituiu o objeto de avaliação.
Eixo II - Desenvolvimento Institucional	Contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.
Eixo III – Políticas Acadêmicas	Abrange as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do Sinaes.
Eixo IV – Políticas de Gestão	Compreende as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do Sinaes.
Eixo V – Infraestrutura Física	Corresponde à dimensão 7 (Infraestrutura Física) do Sinaes.

No âmbito dos cursos, de acordo com o Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação do INEP¹, deverão ser avaliadas três dimensões:

¹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Instrumento de avaliação de cursos de graduação: reconhecimento de curso.

Quadro 1.7 - Dimensões avaliadas pelo INEP

Dimensão 1	Organização Didático-Pedagógica
Dimensão 2	Corpo docente e tutorial
Dimensão 3	Infraestrutura

1.2.1.2 Indicadores de qualidade

ENADE - O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O Ministério da Educação define, anualmente, as áreas propostas pela Comissão de Avaliação da Educação Superior (Conaes), órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sinaes- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. A principal legislação que rege o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE é a Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007, republicada em 29/12/2010. Porém, a cada edição do ENADE, é publicada uma nova portaria normativa, o que gera especificidades de normas para cada edição. Encontramos, ainda, normatização sobre o ENADE na Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes:

Art. 5o A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação será realizada mediante aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE.

§ 1o O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Curso de capacitação 2014 21

§ 2o O ENADE será aplicado periodicamente, admitida a utilização de procedimentos amostrais, aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

§ 3o A periodicidade máxima de aplicação do ENADE aos estudantes de cada curso de graduação será trienal.

§ 4o A aplicação do ENADE será acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados.

§ 5o O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

CPC e IGC- Conforme Portaria Normativa MEC nº 40:

Art. 33-B São indicadores de qualidade, calculados pelo INEP, com base nos resultados do ENADE e demais insumos constantes das bases de dados do MEC, segundo metodologia própria, aprovada pela CONAES, atendidos os parâmetros da Lei nº 10.861, de 2004:

I - de cursos superiores: o Conceito Preliminar de Curso (CPC), instituído pela Portaria Normativa no 4, de 05 de agosto de 2008;

II - de instituições de educação superior: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), instituído pela Portaria Normativa no 12, de 05 de setembro de 2008;

III - de desempenho de estudantes: o conceito obtido a partir dos resultados do ENADE;

§ 1º O CPC será calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área, observado o art. 33-E, com base na avaliação de desempenho de estudantes, corpo docente, infra-estrutura, recursos didático-pedagógicos e demais insumos, conforme orientação técnica aprovada pela CONAES.

§ 2º O IGC será calculado anualmente, considerando: I - a média dos últimos CPC's disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados;

Para os indicadores de qualidade - CPC e IGC - e para as avaliações in loco, serão atribuídos conceitos avaliativos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, onde, conceitos 1 e 2 são considerados insatisfatórios; conceito 3 é considerado satisfatório; conceito 4 é considerado um bom conceito de qualidade e; conceito 5 é considerado um excelente conceito de qualidade.

ENADE e CPC do Câmpus Luziânia (Ano de Referência: 2021)

A avaliação do desempenho acadêmico e da qualidade dos cursos de graduação do Câmpus Luziânia, referente ao ciclo de 2021, fundamenta-se nos indicadores externos processados pelo Inep. Conforme as diretrizes do Sinaes, o conceito ENADE mensura o rendimento dos estudantes concluintes, enquanto o CPC (Conceito Preliminar de Curso) agrega insumos de infraestrutura, corpo docente e valor agregado ao desempenho discente. O Quadro 3.4 apresenta a distribuição dos resultados, adotando uma abordagem consolidada baseada nos relatórios síntese das áreas de Química e Sistemas de Informação, bem como no perfil institucional do IFG.

Quadro 1.8 - Desempenho ENADE e CPC – Câmpus Luziânia (Ciclo 2021) - Indicadores Consolidados: Licenciatura em Química e Bacharelado em Sistemas de Informação

NOTA	ENADE (Quant.)	ENADE (Proporção)	CPC (Quant.)	CPC (Proporção)
2	5	15%	1	3%
3	17	49%	24	67%
4	11	30%	11	30%
5	2	6%	0	0%
TOTAL	35	100%	36	100%

Fontes: Adaptado de Inep (Relatórios Síntese 2021) e IFG (Relatórios de Autoavaliação).

1.3 AVALIAÇÕES INTERNAS

Com o objetivo de implantar os processos de avaliação nas instituições de ensino superior, a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e determinou a criação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA) como forma de avaliação interna, na qual daremos destaque:

Art. 11. Cada Instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da Instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento,

assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de educação superior. (BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

O depósito dos relatórios de avaliação institucional no sistema e-MEC² é uma das principais frentes de trabalho da Comissão Própria de Avaliação. A regularidade dos relatórios é requisito para o prosseguimento do processo de credenciamento da Instituição, conforme regulamentação publicada pelo MEC:

Art. 61-D Será mantido no cadastro e-MEC, junto ao registro da Instituição, campo para inserção de relatório de autoavaliação, validado pela CPA, a ser apresentado até o final de março de cada ano, em versão parcial ou integral, conforme se trate de ano intermediário ou final do ciclo avaliativo. (BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, republicada no D.O.U. em 29/12/2010).

Em relação à esta responsabilidade primordial da CPA, a Nota Técnica nº 065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP estabeleceu os seguintes prazos e procedimentos para o envio dos relatórios ao MEC:

- Prazo Geral: As instituições de educação superior costumam ter até o dia 31 de março de cada ano para enviar o relatório de autoavaliação por meio do sistema e-MEC.

1.4 EVOLUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO DO IFG

A autoavaliação institucional no IFG teve início em 2004 com a implantação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do

²e-MEC: Sistema eletrônico de tramitação de processos regulatórios da educação superior.

projeto e regulamento da CPA. Desde o ano de 2005 a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a implantação das Subcomissões Locais de Avaliação (SLAs), a partir do ano de 2015, conforme o disposto no § 1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos campi: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas no demais Campus do IFG:

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente dos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

1.5 ATUAL COMPOSIÇÃO DA CPA DO IFG

A CPA é organizada por uma Comissão Central e Comissões Locais de Avaliação (CPAL). A Comissão Central é constituída por representantes eleitos, titulares e suplentes, do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e representantes da sociedade civil e, as Subcomissões Locais são compostas por representantes do corpo docente, técnico-administrativo, discentes e seus respectivos suplentes.

A CPA compreende a autoavaliação institucional como um processo de compromisso coletivo e formativo, de diagnóstico, que tem como objetivos identificar as potencialidades e as fragilidades institucionais e propor melhorias nas suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. O Quadro 1.9 apresenta a equipe da CPA Central do IFG, instituída pela Portaria nº 3644 - REITORIA/IFG, de 02 de julho de 2025.

Quadro 1.9 - Composição da CPA Central IFG 2025-2027 (Portaria nº 3644 - REITORIA/IFG, de 02 de julho de 2025)

Nome	Câmpus / Instituição	Segmento	Designação
Michele Siqueira	Câmpus Anápolis	Docente	Titular (Coordenação)
Aniela Pilar Campos de Melo	Câmpus Cidade de Goiás	Docente	Titular (Secretaria)
Larissa Messias Moraes	Câmpus Aparecida de Goiânia	Docente	Titular
Viviane Bueno Guimarães	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo	Titular
Patrícia Souza Barbosa Oliveira	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo	Titular
Walter Pereira de Freitas	Câmpus Jataí	Técnico-Administrativo	Titular
Sthefanny Memore do Carmo	Câmpus Formosa	Discente	Titular
Bárbara Angela Scanduzzi de Souza	Câmpus Jataí	Discente	Titular
Gabriel Nascimento de Oliveira	Câmpus Itumbiara	Discente	Titular
Luis Arthur Rodrigues Costa	Câmpus Itumbiara	Discente	Suplente
Carlos Daniel Rodrigues de Sousa	Câmpus Jataí	Discente	Suplente
Carlos Alberto Dias da Silva Junior	Câmpus Jataí	Discente	Suplente
Marcos de Luca Rothen	Câmpus Goiânia	Docente	Suplente
Divino Gabriel Lima Pinheiro	Câmpus Formosa	Docente	Suplente
Jeovane Dias Coelho	Câmpus Goiânia Oeste	Docente	Suplente

Fontes: Portaria nº 3644 - REITORIA/IFG, de 02 de julho de 2025.

As competências da Comissão Própria de Avaliação (Central) são:

- Discutir, elaborar, socializar e implantar o Plano de Avaliação Institucional, envolvendo todos os segmentos da comunidade acadêmica;
- Acompanhar e supervisionar o desenvolvimento das atividades avaliativas desenvolvidas pelas Subcomissões em cada Câmpus que integra o IFG;
- Sistematizar os dados apresentados nos Relatórios de Autoavaliação Locais, elaborados pelas Subcomissões de Avaliação, dos diversos Câmpus que integram o IFG, de forma a constituir um único Relatório;
- Elaborar Relatórios de Autoavaliação Institucional: com postagem da versão integral até 31/03/2025, conforme orientações da Nota Técnica nº

065, de 08/10/2014, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior – DAES/INEP;

- Divulgar os resultados da autoavaliação mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Sistematizar as sugestões das subcomissões para a promoção do desenvolvimento institucional;
- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e à comunidade acadêmica.
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.
- Proceder à devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

Composição CPA Local do Câmpus Luziânia

A composição da Comissão Própria de Avaliação Local (CPAL) do Câmpus Luziânia para o triênio 2025-2027 fundamenta-se nas diretrizes da Resolução CONSUP/IFG nº 38, de 25 de novembro de 2019, que estabelece a necessidade de representação paritária entre os segmentos da comunidade acadêmica.

O processo de escolha dos membros foi deflagrado em setembro de 2025 pela CPA Central e pela Reitoria, visando a regularização das comissões locais que se encontravam com mandatos expirados. No âmbito do Câmpus Luziânia, a formação da comissão ocorreu mediante a manifestação de interesse dos servidores e discentes, após convocação pública realizada pelo Gabinete da Direção-Geral em outubro de 2025.

Embora o regulamento institucional preveja a eleição pelos pares, a designação dos membros para o mandato vigente consolidou-se a partir da submissão dos nomes interessados à Reitoria para a devida formalização administrativa pela Portaria nº 5679 - REITORIA/IFG, de 05 de novembro de 2025. O Quadro 1.10 apresenta a composição da comissão local do IFG Câmpus Luziânia e sua respectiva portaria de designação.

Quadro 1.10 - Composição da Comissão Própria de Avaliação Local (CPAL) – Câmpus Luziânia (Portaria nº 5679 - REITORIA/IFG, de 05 de novembro de 2025)

Segmento	Nome	Designação
Docente	Moema Patricia Barros de Castro	Titular (Coordenação)
TAE	Francielle Maria Rocha Alves	Titular (Secretaria)
Docente	Jason Hugo de Paula	Titular
Docente	Jose Carlos Barros Silva	Suplente
TAE	Francielle Maria Rocha Alves	Titular
TAE	Cicero Batista dos Santos Lima	Titular
TAE	Laiana Alves Guimaraes de Almeida	Suplente
TAE	Romilson Cardoso	Suplente
Discente	Sofia Guedes de Oliveira Cortez	Titular
Discente	Eduardo Pereira Mendes	Suplente

Fontes: Portaria nº 5679 - REITORIA/IFG, de 05 de novembro de 2025.

São responsabilidades das Comissões Locais de Avaliação (CPAL):

- Socializar e implementar o Plano de Avaliação Institucional definido pela CPA;
- Mobilizar a participação da comunidade acadêmica, de cada Câmpus, no processo de avaliação institucional;
- Divulgar o processo de autoavaliação, bem como seus resultados, mediante reuniões e documentos informativos impressos e/ou eletrônicos, acessíveis às comunidades interna e externa;
- Acompanhar e divulgar os processos de avaliação externa da Instituição e do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Organizar e acompanhar a aplicação dos instrumentos de avaliação nos Câmpus, assim como a análise e sistematização dos dados coletados;
- Elaborar o Relatório de Autoavaliação Local, avaliando seus respectivos Câmpus e cursos;
- Apontar, no Relatório de Autoavaliação Local, as dificuldades/pontos fracos, os pontos fortes e propostas de desenvolvimento para seus respectivos Câmpus, cursos e para a Instituição;

- Prestar informações sobre a avaliação institucional ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP e a comunidade acadêmica;
- Acompanhar a implementação das propostas de melhorias encaminhadas aos gestores pela CPA.
- Proceder a devolutiva institucional dos resultados das avaliações externas e internas aos sujeitos envolvidos no processo e acompanhar as ações de melhoria, decorrentes da autoavaliação;
- Manter arquivo das atividades realizadas.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada no processo de autoavaliação 2025 foi delineada no Plano de Autoavaliação a partir da experiência pregressa da CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, dos recursos institucionais disponíveis.

Em 2025, o processo de autoavaliação institucional considerou diferentes aspectos relacionados à percepção da comunidade acadêmica acerca do IFG, contemplando, inicialmente, o vínculo dos respondentes com a Instituição. Foram investigados, ainda, o conhecimento sobre os resultados das avaliações conduzidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) em ciclos anteriores, bem como o conhecimento acerca dos encaminhamentos institucionais dados às demandas apontadas nesses relatórios.

O instrumento também abordou a divulgação do planejamento anual do Câmpus Luziânia e o nível de participação da comunidade acadêmica em sua elaboração. No que se refere ao eixo de desenvolvimento institucional, foram analisados o conhecimento sobre a função social do IFG e sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019, prorrogado até 2025).

Adicionalmente, a autoavaliação contemplou a percepção da comunidade quanto ao respeito às diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e de sexualidade no âmbito institucional, ao incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico, à efetividade da política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas, bem como ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão voltadas à preservação do meio ambiente.

Entre os pontos fortes apontados estão:

- o elevado conhecimento da comunidade acadêmica acerca da função social do IFG;
- a percepção positiva quanto ao incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico na instituição;
- a existência de um ambiente institucional que, de modo geral, demonstra respeito às diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade;
- o reconhecimento, ainda que parcial, das ações institucionais voltadas à responsabilidade social;
- a consolidação de iniciativas institucionais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, percebidas como relevantes pela comunidade.

As principais críticas ao processo de autoavaliação em 2025 foram:

- o baixo nível de conhecimento da comunidade acadêmica sobre os resultados das avaliações anteriores da CPA;
- a fragilidade na percepção quanto aos encaminhamentos institucionais dados às demandas apontadas nos relatórios anteriores;
- a baixa participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento institucional;
- as limitações na divulgação das ações e resultados institucionais, especialmente no que se refere à autoavaliação;
- o reduzido conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- percepções de fragilidade em políticas institucionais específicas, como inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas e ações voltadas à preservação do meio ambiente.

Desta forma, fundamentado no art. 4º, Parágrafo 5º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme a Resolução CONSUP/IFG nº17 de 15 de outubro de 2015 e visando aprimorar o processo de autoavaliação de 2025, a Comissão Própria de Avaliação Local do Câmpus Luziânia buscou aperfeiçoar as estratégias de sensibilização e participação da comunidade acadêmica, bem como qualificar os instrumentos de coleta de dados e os mecanismos de divulgação dos resultados, de modo a fortalecer a cultura avaliativa institucional e ampliar a efetividade do processo de autoavaliação.

O presente relatório, busca expressar uma análise a partir de diferentes fontes de dados produzidos pela CPA e pela instituição, conforme necessidades e situações específicas, focos e aprofundamentos exigidos pela própria dinâmica de atuação da CPA.

Nas seções que seguem se apresenta o delineamento do estudo, os eixos e dimensões contempladas, assim como, a população pesquisada, seus extratos e unidades de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos de coleta dos dados utilizados, as técnicas de coleta dos dados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

2.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O estudo abrange um diagnóstico e uma análise da Instituição considerando-se 02 (dois) eixos e suas respectivas Dimensões, conforme previstos no instrumento de avaliação institucional.

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional
 - Dimensão 8: planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.
- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional
 - Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional.
 - Dimensão 3: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

2.2 INSTRUMENTOS E TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

O diagnóstico acerca das potencialidades e fragilidades do IFG (autoavaliação), realizado pela CPA utilizou como instrumentos: consulta à comunidade por meio de questionários elaborados pela CPA e análise de documentos oficiais.

2.3 QUESTIONÁRIOS

O principal instrumento de coleta de dados para o processo de autoavaliação institucional consistiu em questionários tipo *survey*, estruturados com perguntas

fechadas e abertas de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos, bem como, abrir espaço para sugestões da comunidade sobre os aspectos avaliados.

Os questionários foram construídos de forma a abranger as especificidades de cada segmento da comunidade acadêmica: discentes, docentes e servidores técnico-administrativos lotados nos 14 Câmpus da Instituição e na Reitoria.

No que diz respeito ao conteúdo, os questionários abordaram, de forma concisa e objetiva, aspectos relacionados aos eixos de Planejamento e Autoavaliação e Desenvolvimento Institucional, tendo em vista minimizar problemas de interpretação e reduzir a complexidade do instrumento.

Os questionários foram disponibilizados em formato eletrônico, por meio de link de acesso restrito ao e-mail institucional dos respondentes, estratégia adotada com o objetivo de garantir maior controle e confiabilidade dos dados coletados. No entanto, observou-se que essa exigência pode ter se configurado como um fator limitador à participação de parte da comunidade acadêmica, especialmente do segmento discente, tendo em vista a baixa utilização do e-mail institucional por grande parte dos estudantes.

Cabe salientar que a participação na pesquisa de autoavaliação se deu de forma espontânea e não obrigatória. Ainda assim, a Comissão Local desenvolveu ações de sensibilização junto à comunidade acadêmica, por meio de divulgação presencial nas salas de aula, momento em que foram apresentados os objetivos da autoavaliação institucional, a importância da participação dos diferentes segmentos e as orientações para acesso ao instrumento de pesquisa.

Além disso, foram afixados cartazes informativos nos murais das salas de aula e em áreas comuns do câmpus, contendo orientações, QR-Code e link de acesso ao questionário. A divulgação também foi realizada por meio do site institucional do câmpus, com inserção de banner na página inicial e publicação de matéria informativa, bem como por meio das redes sociais oficiais, ao longo de todo o período de aplicação.

2.4 DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA PESQUISA

A população de pesquisa considerada no estudo foi a comunidade acadêmica do IFG Câmpus Luziânia, composta pelos três segmentos: corpo docente;

estudantes (dos cursos superiores, médio integrado integral e EJA); e servidores técnico-administrativos.

Deste modo, dada uma população de 764 membros da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes cursos superiores, médio integrado integral e EJA) do IFG Câmpus Luziânia, em 2025, constituiu-se uma amostra de 77 respondentes. Tal amostra foi constituída por 23 docentes (37,1% do segmento docente), 49 alunos (7,4% do segmento de estudantes matriculados) e 5 servidores TAE's (12,5% do segmento TAE). Foram considerados somente os questionários respondidos de forma completa e finalizados na plataforma *Limesurvey*.

O Quadro 2.1 apresenta uma síntese da população e amostra considerada.

Quadro 2.1 - População e amostra por estratos correspondentes

Segmentos				
--	Docentes	Discentes	TAE's	Total
População	62	662	40	764
Amostra	23	49	5	77
Percentual	37,1	7,4	12,5	10,1

O Quadro 2.2 demonstra o quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores do Câmpus Luziânia.

Quadro 2.2 - Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos superiores

Modalidade	Número de estudantes
Bacharelado em Sistemas de Informação	169
Licenciatura em Química	158
Tecnólogo	--
Especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	30
Mestrado Profissional	--
Total	357

O Quadro 2.3 demonstra o quantitativo de estudantes matriculados nos cursos técnicos integrados ao ensino médio integral e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do campus.

Quadro 2.3 - Quantitativo de estudantes matriculados nos cursos técnicos

Modalidade	Número de estudantes
Técnico Integrado Integral em Edificações	103
Técnico Integrado Integral em Informática para Internet	97
Técnico Integrado Integral em Química	102
Técnico Integrado na modalidade EJA em Manutenção e Suporte em Informática	3
Total	305

2.5 CONSULTA A DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Para complementar e qualificar a análise dos dados obtidos na pesquisa quantitativa consultou-se documentos de diversos âmbitos do IFG. Tais como:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2012-2016);
- Projeto Pedagógico Institucional (PPI 2012-2016);
- Relatório de Avaliações Externas, vinculadas aos processos regulatórios da educação superior;
- Demais documentos que a CPA Local consultou.

2.6 ESCALAS, CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS E INDICAÇÕES À GESTÃO.

A metodologia de análise dos resultados quantitativos buscou analisar a proporção de “SIM”, uma vez que ao responder “SIM” o respondente declarava conhecimento, aprovação ou suficiência do aspecto analisado. Os critérios de análise e indicação.

- **MANTER:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 76%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.
- **DESENVOLVER:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 51% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.
- **MELHORAR:** quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 26% a 50%, considera-se que a questão não atende

os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

- SANAR: quando o percentual dos itens cujas respostas foram “SIM” for igual ou maior que 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

2.7 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES

Para condução do processo de autoavaliação a CPA utilizou-se de dois pilares: Ações de Sensibilização da Comunidade e elaboração dos Relatórios de Autoavaliação Locais e Institucional de 2025. Assim, a CPAL e a CPA (central) cumpriram o seguinte cronograma:

Quadro 2.4 - Cronograma de Execução das Atividades (Câmpus Luziânia – Ciclo 2025).

Ação	Atividade	Responsável	Período
Divulgação e Sensibilização	Divulgação multiplataforma (presencial, e-mail, site e redes sociais) e orientação sobre o acesso ao questionário.	CPA Local e Coordenação de Comunicação Social.	01/12/2025 a 22/12/2025.
Compilação de Dados	Extração, tratamento e sistematização dos dados coletados no ciclo 2025.	Moema Patricia e José Carlos.	09/02/2026 a 11/03/2026.
Escrita do Relatório	Redação dos capítulos de Introdução (histórico/infraestrutura), Metodologia e análise interpretativa dos Resultados.	Cícero Batista, Francielle Maria e Moema Patricia.	18/03/2026 a 30/04/2026.
Revisão e Consolidação	Homogeneização textual, revisão discente e redação das sugestões e desafios institucionais.	Jason Hugo, José Carlos e Sofia Guedes.	02/04/2026 a 30/04/2026.

3 RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES

A apresentação dos resultados, análises e sugestões que compõem este capítulo fundamenta-se na compreensão da autoavaliação institucional como um processo permanente de análise e autoconhecimento, essencial para a indução da qualidade no Instituto Federal de Goiás (IFG).

Sob a égide do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), a avaliação interna assume uma natureza tanto formativa quanto emancipatória, visando produzir conhecimento que identifique as causas de problemas e subsidie a tomada de decisão estratégica pela gestão.

Nesse contexto, a articulação entre o Eixo 1 — Planejamento e Avaliação Institucional e o Eixo 2 — Desenvolvimento Institucional permite uma leitura integrada da eficácia das políticas institucionais em relação aos propósitos expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

No âmbito do Eixo 1, a Dimensão VIII (Planejamento e Autoavaliação Institucional) atua como um instrumento de gestão indispensável para o aperfeiçoamento contínuo da administração, do ensino, da pesquisa e da extensão.

A eficácia desse processo avaliativo não se encerra na coleta de dados, mas consolida-se na medida em que seus resultados são apropriados pela comunidade acadêmica e transformados em planos de ação resolutivos. Assim, o planejamento institucional e a cultura avaliativa retroalimentam-se, garantindo que o rito avaliativo transcenda a burocracia e contribua efetivamente para a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

A inter-relação desses mecanismos de avaliação com o Eixo 2 evidencia o compromisso do IFG com sua Missão Institucional e PDI (Dimensão I) e com sua Responsabilidade Social (Dimensão III). Enquanto a Dimensão I mensura o grau de consciência coletiva sobre a função social da Instituição — definida pelo enraizamento de uma educação pública, gratuita e inclusiva —, a Dimensão III avalia a materialização desse compromisso ético por meio de ações de inclusão, sustentabilidade ambiental e desenvolvimento científico.

A convergência entre o que é planejado (PDI) e o que é percebido pelos segmentos acadêmicos fornece o diagnóstico necessário para calibrar o papel da Instituição como agente de transformação social.

Dessa forma, a análise integrada das dimensões aqui contempladas constitui o fechamento do ciclo de responsabilidade institucional, em que a prestação de contas à sociedade se manifesta na busca por uma educação qualitativamente referenciada.

Os dados que seguem, estruturados sob uma perspectiva analítica e crítica, situam a realidade do Câmpus Luziânia frente aos desafios de fortalecer sua gestão democrática e consolidar sua excelência acadêmica, em estrita observância às metas e princípios que norteiam o desenvolvimento institucional.

3.1 EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Quadro 3.1 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2025)

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Ano de Referência 2025)									
Dimensão 8: Planejamento e Autoavaliação Institucional									
QUESTÕES	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO 2025
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1 – Conhecimento sobre resultados da CPA	28,57	71,43	43,48	56,52	20	80	30,69	69,31	MELHORAR
2 – Respostas institucionais às demandas da CPA	30,61	69,39	39,13	60,87	40	60	36,58	63,42	MELHORAR
3 – Divulgação do planejamento anual	65,31	34,69	56,52	43,48	20	80	47,28	52,72	MELHORAR
4 – Participação no planejamento anual	—	—	39,13	60,87	20	80	29,57	70,43	MELHORAR

Quadro 3.2 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2021)

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (Ano de Referência 2021)									
Dimensão 8: Planejamento e Autoavaliação Institucional									
QUESTÕES	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO 2021
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1 – Conhecimento sobre resultados da CPA	46,90%	53,10%	47,70%	52,30%	44,20%	55,80%	46,60%	53,40%	MELHORAR
2 – Respostas institucionais às demandas da CPA	66,40%	33,60%	58,20%	41,80%	52,60%	47,40%	60,00%	40,00%	DESENVOLVER
3 – Divulgação do planejamento anual	74,00%	26,00%	73,20%	26,80%	73,20%	26,80%	73,50%	26,50%	DESENVOLVER
4 – Participação no planejamento anual			56,20%	43,80%	45,10%	54,90%	52,40%	47,60%	DESENVOLVER

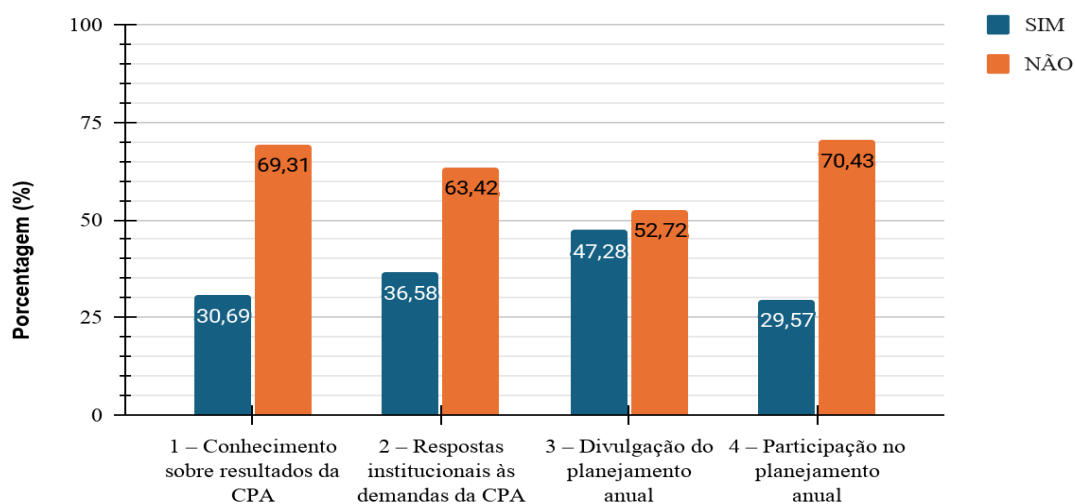
3.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS: EIXO PLANEJAMENTO E AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A análise dos resultados compilados para o Eixo 1 — Planejamento e Avaliação Institucional, especificamente na Dimensão 8 — Planejamento e Autoavaliação Institucional, revela um panorama de fragilidade informacional e participativa no Câmpus Luziânia.

Conforme detalhado no Quadro 3.1 (Apresentação dos Resultados – Eixo I: Planejamento e Autoavaliação), os indicadores coletados em 2025 situam-se majoritariamente abaixo do patamar de suficiência, o que fundamenta a predominância da indicação técnica de “MELHORAR” para todos os itens avaliados nesta dimensão.

O conhecimento acerca dos resultados produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) apresenta um índice de apenas 30,69% de percepção positiva, o que implica um desconhecimento majoritário por parte de 69,31% da comunidade acadêmica em relação ao diagnóstico institucional, conforme se observa no Gráfico 3.1.

Gráfico 3.1 - Resultados: Eixo I: Planejamento e Autoavaliação



Questões - Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional (2025)

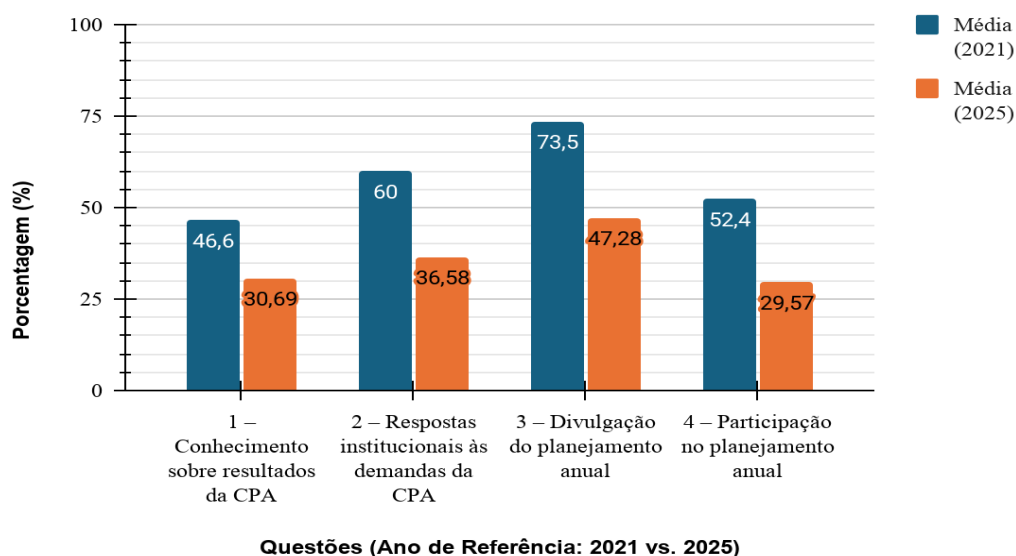
De forma convergente, a percepção quanto à resolutividade institucional frente às demandas apontadas nos relatórios da CPA atinge somente 36,58% de aprovação, o que sugere uma lacuna significativa na percepção de efetividade

do ciclo avaliativo e no compromisso da gestão com o fechamento do ciclo de prestação de contas institucional.

No que tange ao planejamento estratégico, a divulgação do planejamento anual do câmpus, embora configure o indicador com melhor desempenho relativo dentro da dimensão, alcança apenas 47,28% de respostas favoráveis. Esse distanciamento informacional reflete-se diretamente no nível de engajamento coletivo, visto que o indicador de participação efetiva na elaboração do referido planejamento registra o patamar mais baixo do eixo, com apenas 29,57% de aprovação geral, evidenciando que os processos de construção de metas ainda não se consolidaram como espaços horizontais e democráticos.

A análise comparativa, ilustrada pelo Gráfico 3.2, revela um cenário de regressão acentuada em todos os indicadores da Dimensão 8, sinalizando um enfraquecimento na apropriação dos processos de planejamento e avaliação institucional pela comunidade acadêmica.

Gráfico 3.2 - Resultado Comparativo: Eixo 1 – Dimensão 8 (2021 vs. 2025)



O conhecimento sobre os resultados da CPA sofreu uma queda de 15,91 pontos percentuais (p.p.) no índice geral. Conforme demonstrado no Quadro 3.2, o retrocesso é mais crítico no segmento Técnico-Administrativo, onde a aprovação despencou de 44,20% para apenas 20,00%, atingindo o nível SANAR isoladamente. Além disso, a percepção de que a instituição responde às demandas da CPA caiu de 60,00% para 36,58%, indicando um vácuo do ciclo de prestação de contas institucional.

O dado mais alarmante refere-se à divulgação do planejamento anual para os servidores técnicos, que apresentou uma regressão de 53,20 p.p. (de 73,20% em 2021 para 20,00% em 2025). Este resultado, somado à baixa participação deste grupo na elaboração do planejamento (também em 20,00%), sugere um isolamento informacional e decisório do corpo técnico em relação às metas estratégicas do câmpus.

Entre os docentes, todos os indicadores migraram do nível "DESENVOLVER" ou próximo a ele para a zona de "MELHORAR", com quedas superiores a 15 p.p. na participação e divulgação do planejamento. Os discentes, embora ainda mantenham a percepção mais alta na divulgação (65,31%), também registraram queda no conhecimento sobre a CPA, reforçando a necessidade de estratégias de comunicação mais diretas e eficazes.

A transição de todos os indicadores gerais para o nível MELHORAR demonstra que o Câmpus Luziânia não conseguiu sustentar os avanços verificados no ciclo pós-pandemia de 2021. A ausência de conhecimento sobre os resultados e a baixa percepção de resolutividade das demandas indicam um risco de descrédito do processo avaliativo, exigindo ações imediatas de publicização e engajamento para reverter a tendência de queda.

As implicações institucionais desse diagnóstico consolidado expõem uma dissonância entre a institucionalização formal dos processos e sua efetiva apropriação pela comunidade, resultando em um quadro de desmobilização e risco de descrédito das instâncias de avaliação.

A predominância de avaliações insatisfatórias e a tendência de fragmentação da cultura avaliativa reforçam a necessidade preeminente de transitar de uma comunicação passiva para estratégias de gestão participativa ativa, visando assegurar que o planejamento e a autoavaliação operem como instrumentos reais de transformação e garantia da qualidade acadêmica.

No que concerne à comunicação, evidencia-se insuficiência das estratégias atualmente adotadas, predominantemente baseadas em meios formais, como relatórios e comunicações eletrônicas. A comunidade demanda mecanismos mais acessíveis, dinâmicos e integrados de divulgação, capazes de promover maior engajamento e compreensão dos processos avaliativos.

A partir da compreensão do panorama geral de fragilidade informacional e participativa que caracteriza o Eixo 1, cuja média de respostas positivas situa o

indicador sistematicamente na zona crítica de indicação técnica "MELHORAR", torna-se imperativo transcender o diagnóstico sistêmico em direção a uma análise pormenorizada das realidades segmentadas.

Nesse sentido, os resultados da Questão 1 indicam um índice consolidado de aprovação (respostas "Ótimo" e "Bom") de apenas 30,69%, o que situa o indicador na zona crítica de "MELHORAR". Este dado, conforme apresentado no Quadro 3.3, demonstra que mais de dois terços da comunidade (69,31%) desconhecem os produtos gerados pela CPA.

Quadro 3.3 - Questão 1: Conhecimento sobre resultados da CPA

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional						
Dimensão VIII						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 01	O seu conhecimento acerca dos resultados do último processo de autoavaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) é:				Média	% Aprovação
Escala	Ótimo	2,04%	17,39%	0,00%	6,48%	30,69%
	Bom	26,53%	26,09%	20,00%	24,21%	
	Regular	16,33%	8,70%	20,00%	15,01%	
	Ruim	6,12%	8,70%	0,00%	4,94%	
	Péssimo	6,12%	8,70%	20,00%	11,61%	
	Não sei	42,86%	30,43%	40,00%	37,76%	
	Indicação do segmento	MELHORAR	MELHORAR	SANAR	MELHORAR	

A análise por segmento, conforme discriminado no Quadro 3.2, evidencia discrepâncias alarmantes:

- Segmento Discente: Registra 28,57% de conhecimento positivo. Considerando que o corpo discente é o maior segmento da instituição, esse baixo percentual indica que as devolutivas não estão atingindo a base estudantil.
- Segmento Docente: Embora apresente o maior índice de conhecimento (43,48%), ainda permanece abaixo de 50%, reforçando que nem mesmo

o grupo com maior engajamento histórico possui clareza sobre os resultados finais do processo.

- Segmento TAE (Técnicos-Administrativos): Apresenta o cenário mais grave, com apenas 20,00% de aprovação, recebendo a indicação de "SANAR". O fato de nenhum servidor TAE ter classificado seu conhecimento como "Ótimo" sugere um isolamento deste grupo em relação ao fluxo de informações da comissão.

O percentual de respostas "Não sei" atua como o principal termômetro de falha na comunicação institucional. A média geral de 37,76% de desconhecimento absoluto revela que a informação não apenas é mal interpretada, mas sequer chega ao destinatário.

Entre os discentes, esse vácuo informacional atinge seu ápice (42,86%), evidenciando que as estratégias de divulgação passiva, como a mera publicação de relatórios técnicos em sites ou envios de e-mails em massa, são insuficientes para romper a barreira do desinteresse ou da falta de tempo.

Dando continuidade ao diagnóstico sobre a transparência e a apropriação dos processos avaliativos, a análise da "Questão 2: A resposta e o encaminhamento institucionais dados às demandas indicadas nos relatórios de avaliação produzidos pela CPA" revela que a percepção de resolutividade é tão frágil quanto o conhecimento dos resultados em si.

Este indicador obteve um índice consolidado de aprovação (soma dos percentuais Ótimo e Bom) de apenas 36,58%, situando a instituição na zona de "MELHORAR". Tal resultado evidencia que a maioria da comunidade acadêmica não visualiza a autoavaliação como um instrumento que gere mudanças concretas no cotidiano institucional.

A análise segmentada demonstra padrões de insatisfação e descrédito em todos os grupos consultados, conforme detalhado no Quadro 3.4 a seguir:

Quadro 3.4 - Questão 2: Respostas institucionais às demandas da CPA

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional						
Dimensão VIII						
Segmento		Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus	
Questão 02	A resposta e o encaminhamento institucionais dados às demandas indicadas nos relatórios de avaliação produzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) são:				Média	% Aprovação
	Escala	Ótimo	6,12%	13,04%	0,00%	6,39%
	Bom	24,49%	26,09%	40,00%	30,19%	
	Regular	26,53%	13,04%	0,00%	13,19%	
	Ruim	4,08%	13,04%	20,00%	12,37%	
	Péssimo	2,04%	4,35%	0,00%	2,13%	
	Não sei	36,73%	30,43%	40,00%	35,72%	
	Indicação do segmento	MELHORAR	MELHORAR	MELHORAR	MELHORAR	

Observa-se que o segmento discente registra o menor índice de confiança (30,61%), sugerindo que a autoavaliação não se traduz em melhorias perceptíveis para o corpo estudantil. Entre os docentes, o índice sobe para 39,13%, enquanto os Técnicos-Administrativos (TAEs) apresentam 40,00% de aprovação. Entretanto, é alarmante notar que, no segmento TAE, 0,00% dos respondentes classificaram a resposta institucional como "Ótimo", o que sugere um descrédito profundo quanto à excelência das ações de correção adotadas pela gestão.

Um fator determinante para esta avaliação negativa é o elevado percentual de respostas "Não sei", que atinge a média de 35,72%. Entre os técnicos-administrativos, esse desconhecimento chega a 40,00%, e entre discentes a 36,73%. Esse vácuo informacional reflete uma lacuna de comunicação no fechamento do ciclo avaliativo: mesmo quando melhorias são implementadas, elas não são explicitamente vinculadas às demandas levantadas pela CPA.

A ausência desse nexos causal impede que a comunidade perceba a utilidade prática de sua participação, reforçando a visão da autoavaliação como um rito burocrático.

A análise qualitativa corrobora os dados estatísticos. Contribuições em campos abertos de ciclos anteriores indicam a percepção de que, de forma prática, a gestão não aplica os planos de ação desenvolvidos. Essa percepção de inefetividade compromete a natureza formativa da avaliação prevista no PDI e no SINAES. As principais causas identificadas para este cenário são:

- A falta de sinalização material das conquistas da CPA impede que o usuário relacione uma melhoria física (ex: reforma de laboratório) ao processo avaliativo.
- O uso exclusivo de e-mails e do site institucional tem se mostrado insuficiente para fechar o ciclo de prestação de contas.
- A utilização incipiente dos relatórios para subsidiar decisões práticas no âmbito do câmpus e da reitoria.

Ao confrontar os dados atuais com a série histórica de Luziânia, percebe-se um movimento de regressão, posto que em 2018, o índice geral de percepção positiva era de 36,37% (muito próximo ao atual). Já em 2021, houve um expressivo avanço, atingindo 60,03% de aprovação nos câmpus. E, atualmente (2025), o índice de 36,58% representa uma queda de 23,45 p.p. em relação a 2021, anulando os ganhos de confiança obtidos no ciclo anterior.

Para reverter o quadro de descrédito, é imperativo que a CPAL e a Gestão adotem medidas de devolutiva ativa. Propõe-se a implementação do "Boletim da CPA" e a criação do "Selo CPA" para identificar visualmente as melhorias materiais decorrentes da avaliação, além da realização de Seminários de Autoavaliação para prestação de contas públicas das metas do PDI. Somente a materialização dos avanços poderá romper a apatia e fortalecer a cultura avaliativa no Câmpus Luziânia.

Os resultados da Questão 3 – A divulgação do planejamento anual do Câmpus, revela uma discrepância severa entre os segmentos, conforme apresentado no Quadro 3.5. Enquanto discentes e docentes apresentam índices que permitem a indicação de "DESENVOLVER" (acima de 50%), o segmento TAE demonstra uma fragilidade crítica, com apenas 20,00% de aprovação, exigindo medidas em caráter de urgência (SANAR). O índice consolidado de 47,28% situa o indicador na zona de "MELHORAR", evidenciando que as estratégias de publicização do planejamento anual não atingem a maioria da comunidade de forma satisfatória.

Quadro 3.5 - Questão 3: Síntese de Divulgação do Planejamento Anual

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional						
Dimensão VIII						
Segmento		Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus	
Questão 03	A divulgação do planejamento anual do seu Câmpus é:				Média	% Aprovação
Escala	Ótimo	20,41%	39,13%	0,00%	19,85%	47,28%
	Bom	44,90%	17,39%	20,00%	27,43%	
	Regular	22,45%	26,09%	20,00%	22,85%	
	Ruim	4,08%	4,35%	40,00%	16,14%	
	Péssimo	2,04%	8,70%	20,00%	10,25%	
	Não sei	6,12%	4,35%	0,00%	3,49%	
	Indicação do segmento	DESENVOLVER	DESENVOLVER	SANAR	MELHORAR	

Diferente das questões anteriores, o índice de respostas “Não sei” para este item é baixo, registrando uma média geral de 3,49%.

- Segmento TAE: Registra 0,00% de respostas "Não sei", indicando clareza quanto à insuficiência da divulgação. Predominam avaliações negativas (Ruim e Péssimo somam 60%).
- Segmento Discente: Apresenta o maior índice de "Não sei" (6,12%), ainda assim reduzido.

A baixa ocorrência de respostas evasivas sugere que a comunidade reconhece a existência do planejamento, mas o avalia como mal divulgado ou de difícil acesso em seu conteúdo detalhado. A análise interpretativa indica que a divulgação do planejamento anual ainda é falha e possivelmente centralizada em canais oficiais passivos.

- Fragilidade na Comunicação: A publicação em site institucional e o envio de e-mails em massa mostram-se insuficientes para garantir apropriação efetiva.
- Isolamento dos TAEs: O índice crítico (20%) sugere ausência de capilaridade na comunicação com setores administrativos.

- **Cultura Avaliativa:** A percepção do planejamento como procedimento burocrático, somada à ausência de espaços de debate, reduz o engajamento.

Finalizando o diagnóstico do Eixo 1, a análise a seguir recai sobre os resultados da Questão 4 – A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus, integrante da Dimensão 8 no Câmpus Luziânia, conforme apresentado no Quadro 3.6. Este indicador avalia o grau de horizontalidade e democratização dos processos de gestão estratégica.

Quadro 3.6 - Questão 4: Síntese da Participação no Planejamento Anual

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional						
Dimensão VIII						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 04	A sua participação na elaboração do planejamento anual do seu Câmpus é:				Média	% Aprovação
Escala	Ótimo	na	13,04%	0,00%	6,52%	29,57%
	Bom	na	26,09%	20,00%	23,05%	
	Regular	na	39,13%	20,00%	29,57%	
	Ruim	na	4,35%	0,00%	2,18%	
	Péssimo	na	4,35%	40,00%	22,18%	
	Não sei	na	13,04%	20,00%	16,52%	
	Indicação do segmento	—	MELHORAR	SANAR	MELHORAR	

Os dados revelam uma fragilidade crítica na percepção de participação. O índice consolidado de 29,57% situa o indicador na zona de "MELHORAR", evidenciando que mais de 70% dos servidores sentem-se à margem dos processos de planejamento. O cenário é ainda mais grave para o segmento TAE, que registra apenas 20,00% de aprovação, exigindo intervenções em caráter de urgência (SANAR).

O índice de respostas "Não sei" funciona como um indicador de fragilidade informacional e distanciamento das instâncias decisórias.

- Média Geral: 16,52% dos servidores não sabem opinar sobre sua própria participação.
- Segmento TAE: Registra 20,00% de desconhecimento, o que sugere que um em cada cinco técnicos sequer identifica os momentos em que o planejamento ocorre.
- Segmento Docente: Apresenta 13,04% de respostas "Não sei".

Embora inferiores aos índices das questões 1 e 2, esses valores indicam que os canais de convocação e as metodologias de construção do planejamento anual não são claros ou acessíveis para uma parcela significativa da força de trabalho. A análise técnica sugere que o planejamento anual em Luziânia ainda é percebido como um "rito burocrático de gestão" e não como uma construção coletiva.

- Centralização dos Processos: A discrepância entre a "divulgação" (47,28% na Q3) e a "participação" (29,57% na Q4) demonstra que a comunidade é informada sobre o que foi decidido, mas não é envolvida na gênese das decisões.
- Exclusão dos TAEs: A indicação de "SANAR" para os técnicos reflete a falta de momentos de diálogo que alcancem os departamentos administrativos de forma simultânea ao planejamento pedagógico.
- Ausência de Metodologias Horizontais: A comunidade reivindica, em campos abertos de ciclos anteriores, que a gestão garanta efetivamente a participação democrática e a transparência nas tomadas de decisão.

O Quadro 3.6 destaca visualmente a coluna de "Péssimo" entre os TAEs (40,00%), superando os índices de aprovação. A representação deve ilustrar o hiato participativo entre o corpo docente e o técnico, reforçando a necessidade de redemocratização dos processos locais.

O fortalecimento da Dimensão 8 em Luziânia exige que a gestão transite de uma comunicação passiva para uma metodologia de planejamento participativo. É imperativo institucionalizar reuniões setoriais horizontais e compartilhar documentos subsidiários com antecedência. Sem o fechamento deste ciclo com estratégias de prestação de contas, a autoavaliação continuará a ser percebida como um processo desvinculado da realidade prática do câmpus.

3.3 EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional

Quadro 3.7 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2025)

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Ano de Referência 2025)									
Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional									
QUESTÕES	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1 - Conhecimento sobre a função social do IFG	63,27	36,73	91,3	8,7	80	20	78,19	21,81	MANTER
2 - Conhecimento sobre o PDI (2019–2025)	32,65	67,35	78,26	21,74	40	60	50,3	49,7	MELHORAR

Quadro 3.8 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2021)

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Ano de Referência 2021)									
Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional									
QUESTÕES	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1 - Conhecimento sobre a função social do IFG	66,1	33,9	92,7	7,3	90,6	9,4	81,4	18,6	MANTER
2 - Conhecimento sobre o PDI (2019–2025)	40,9	59,1	66,6	33,4	59,6	40,4	54,7	45,3	DESENVOLVER

Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição

Quadro 3.9 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2025)

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Ano de Referência 2025)									
Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição									
QUESTÕES	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	MÉDIA SIM	MÉDIA NÃO	
1 - Respeito às diferenças na comunidade do IFG	77,55	22,45	69,56	30,44	60,00	40,00	69,03	30,97	DESENVOLVER
2 - Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico	67,34	32,66	65,21	34,79	100,00	0,00	77,51	22,49	MANTER
3 - Ações voltadas à preservação do meio ambiente	69,39	30,61	47,83	52,17	40,00	60,00	52,41	47,59	DESENVOLVER
4 - Política de inclusão e acompanhamento de PNEE	65,31	34,69	39,13	60,87	40,00	60,00	48,15	51,85	MELHORAR

Quadro 3.10 - Apresentação dos Resultados (Ano de Referência: 2021)

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Ano de Referência 2021)									
Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição									
QUESTÕES	Discentes		Docentes		Técnicos Administrativos		TOTAL		INDICAÇÃO
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	
1 - Respeito às diferenças na comunidade do IFG	78,50	21,50	81,00	19,00	79,80	20,20	79,70	20,30	MANTER
2 - Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico	72,60	27,40	72,00	28,00	69,00	31,00	71,60	28,40	DESENVOLVER
3 - Ações voltadas à preservação do meio ambiente	67,30	32,70	59,40	40,60	50,10	49,90	61,60	38,40	DESENVOLVER
4 - Política de inclusão e acompanhamento de PNEE	69,90	30,10	62,80	37,20	64,70	35,30	66,00	34,00	DESENVOLVER

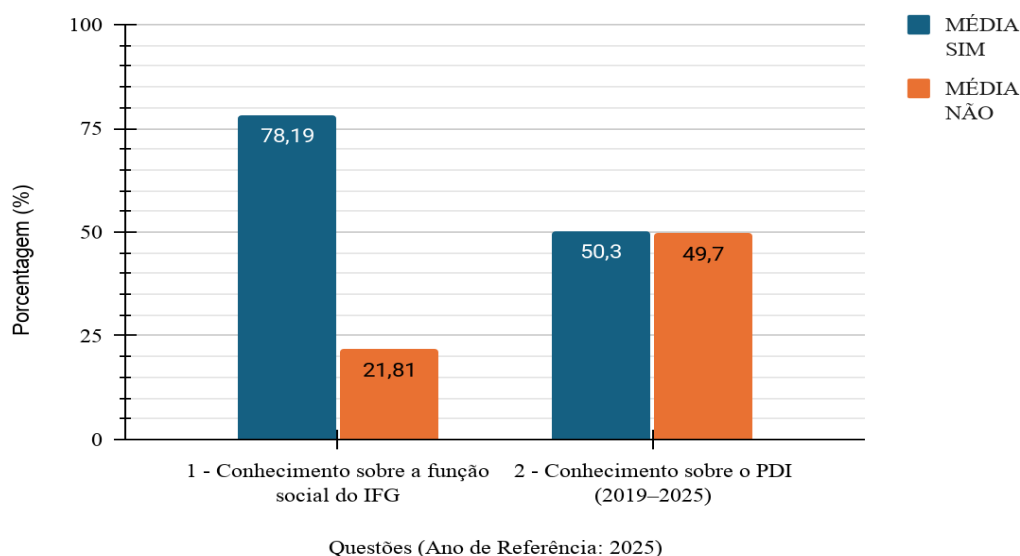
3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS: EIXO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A análise do Eixo 2, Desenvolvimento Institucional, permite mensurar a eficácia das políticas do Câmpus Luziânia em converter as diretrizes éticas e estratégicas do Instituto Federal de Goiás em práticas perceptíveis pela comunidade acadêmica.

Este eixo, fundamentado na Dimensão I (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e na Dimensão III (Responsabilidade Social da Instituição), atua como o termômetro da identidade institucional e do compromisso da Instituição com o desenvolvimento regional e a inclusão social.

Os resultados consolidados no ciclo de 2025, apresentados no Gráfico 3.3, revelam um panorama caracterizado por uma robusta consciência acerca da função social, contrastada por fragilidades críticas na apropriação dos instrumentos de planejamento e na efetividade das políticas de inclusão.

Gráfico 3.3 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 1 (2025)

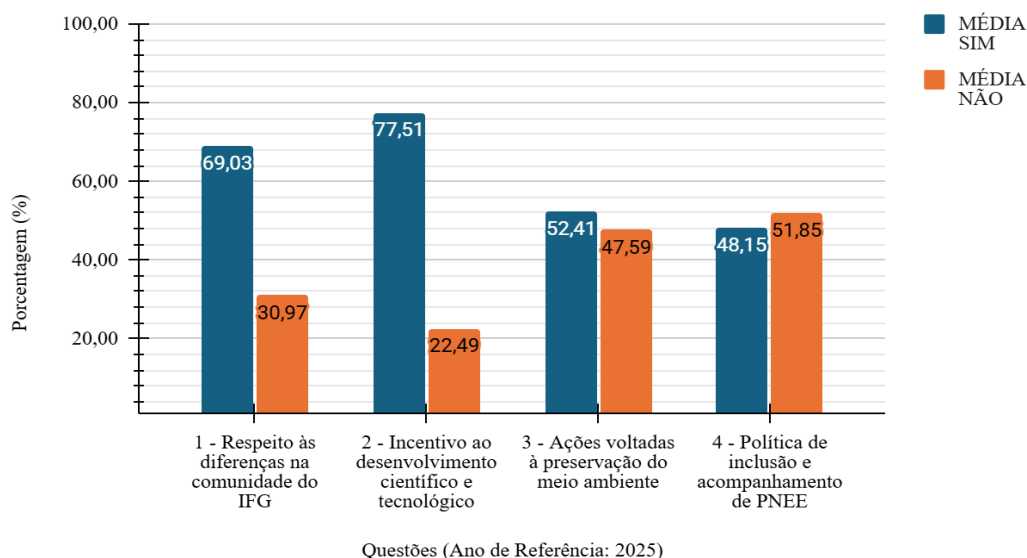


No âmbito da Dimensão I, o conhecimento sobre a função social do IFG consolida-se como uma das maiores potencialidades do câmpus, atingindo 78,19% de aprovação geral, o que fundamenta a indicação técnica de “MANTER”. Todavia, observa-se uma dissonância estratégica, visto que o conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) regrediu para 50,30%, situando o indicador na zona de “MELHORAR”.

Esta discrepância sugere que, embora a comunidade reconheça o valor ético e a missão pública da Instituição, os mecanismos técnicos e as metas que regem a gestão permanecem distantes da base estudantil e dos servidores técnicos, sendo o PDI percebido mais como um rito burocrático do que como um guia orientador da prática cotidiana.

A Dimensão III apresenta resultados que refletem o êxito nas políticas de fomento científico, mas expõem lacunas na convivência e na acessibilidade. De acordo com o Gráfico 3.4, o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico atingiu 77,51% de aprovação, impulsionado pela maturação de programas de qualificação e apoio à produtividade, com destaque para a percepção de pleno êxito entre os servidores técnicos.

Gráfico 3.4 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 3 (2025)

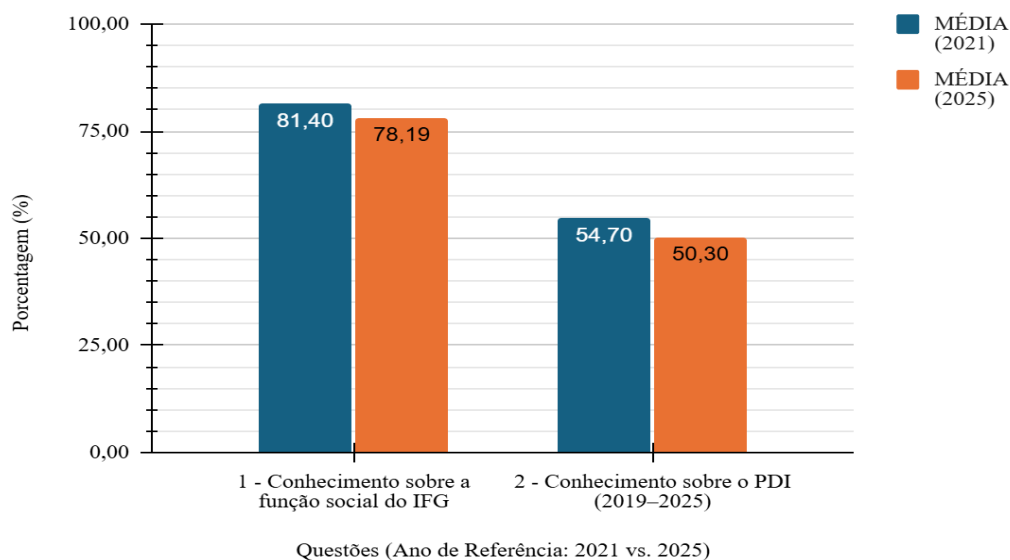


Em sentido oposto, os indicadores de respeito às diferenças (69,03%) e política de inclusão (48,15%) revelam um cenário de alerta. A percepção de hostilidade política e a insuficiência de recursos para o acompanhamento de pessoas com necessidades específicas foram apontadas como barreiras à excelência, culminando em um índice de 20,00% de respostas "Péssimo" entre os técnicos-administrativos no quesito respeito, dado que configura o ponto mais sensível de toda a dimensão.

A análise comparativa da evolução institucional do Câmpus Luziânia entre os ciclos de 2021 e 2025, fundamentada nos dados do Eixo 2 — Desenvolvimento Institucional, permite identificar o impacto das políticas voltadas à identidade e

ao compromisso social da instituição. Os resultados, extraídos das tabelas consolidadas, revelam uma tendência predominante de regressão nos indicadores, com exceção da área de fomento científico.

Gráfico 3.5 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 1 (Ano de Referência: 2021 vs. 2025)

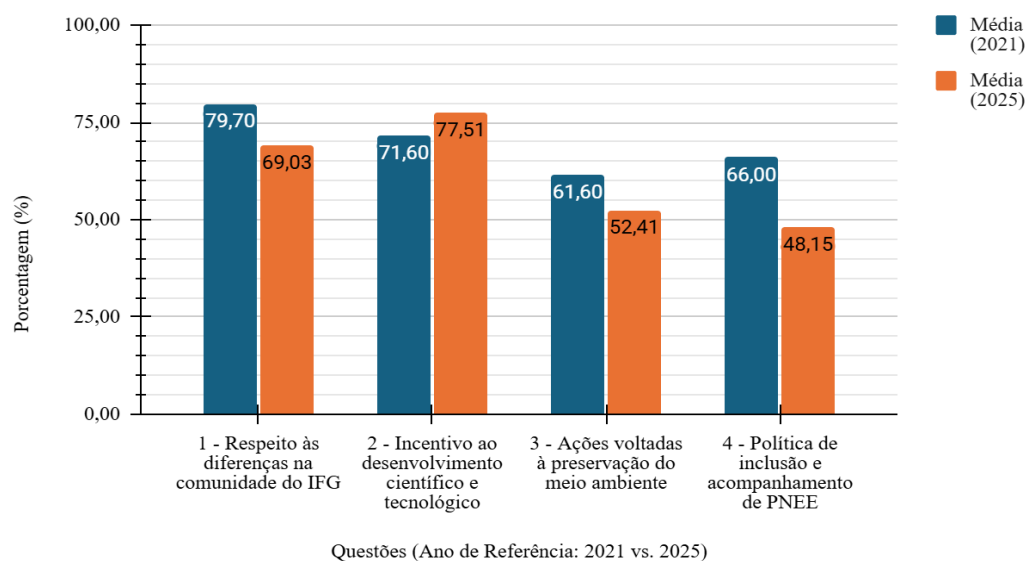


No âmbito da Dimensão 1, Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, o conhecimento sobre a função social do IFG permanece como uma das maiores potencialidades da unidade, atingindo 78,19% de aprovação em 2025. Contudo, observou-se uma redução de 3,21 pontos percentuais (p.p.) em relação aos 81,40% registrados em 2021. O indicador mais sensível desta dimensão refere-se ao conhecimento específico sobre o PDI, que recuou 4,40 p.p., situando-se no patamar de 50,30%.

Esse cenário, detalhado no Gráfico 3.1, evidencia que, embora a missão ética seja compreendida, as metas técnicas e estratégicas que regem a gestão administrativa ainda carecem de maior apropriação pela comunidade acadêmica, especialmente entre discentes e técnicos.

A Dimensão 3, Responsabilidade Social da Instituição, apresenta o desempenho mais heterogêneo do eixo, conforme ilustrado no Gráfico 3.6. O único avanço real verificado foi no incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, que cresceu 5,91 p.p., saltando de 71,60% para 77,51%, consolidando-se no nível "MANTER".

Gráfico 3.6 - Síntese de Resultado: Eixo 2 – Dimensão 3 (Ano de Referência: 2021 vs. 2025)



Em contrapartida, as maiores fragilidades institucionais manifestam-se na política de inclusão e acompanhamento de PNEE, que sofreu a regressão mais severa de todo o estudo, com uma queda de 17,85 p.p. (de 66,00% para 48,15%). De forma similar, a percepção de respeito às diferenças retrocedeu 10,67 p.p., atingindo 69,03%. As ações de preservação ambiental também apresentaram redução, declinando 9,19 p.p. para um índice de 52,41%. O Quadro 3.11 abaixo sintetiza as variações em pontos percentuais (p.p.) observadas entre os anos de 2021 e 2025:

Quadro 3.11 - Evolução dos Resultados Institucionais (2021 vs. 2025)

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional (Ano de Referência: 2021 vs. 2025)			
Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional			
QUESTÕES	MÉDIA (2021)	MÉDIA (2025)	Variação Total (p.p.)
1 - Conhecimento sobre a função social do IFG	81,40	78,19	-3,21
2 - Conhecimento sobre o PDI (2019–2025)	54,70	50,30	-4,40
Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição			
QUESTÕES	Média (2021)	Média (2025)	Variação Total (p.p.)
1 - Respeito às diferenças na comunidade do IFG	79,70	69,03	-10,67
2 - Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico	71,60	77,51	5,91
3 - Ações voltadas à preservação do meio ambiente	61,60	52,41	-9,19

4 - Política de inclusão e acompanhamento de PNEE	66,00	48,15	-17,85
--	-------	-------	--------

As implicações institucionais desses dados sugerem causas estruturais vinculadas a uma comunicação passiva e à baixa visibilidade das ações resolutivas. A persistência de vácuos informacionais, especialmente entre discentes, indica que o câmpus ainda não logrou êxito em converter os relatórios de autoavaliação em devolutivas tangíveis que demonstrem a aplicação dos planos de ação.

Para reverter este quadro, torna-se imperativo que a gestão institucional transite para estratégias de transparência ativa, utilizando formatos de divulgação humanizados e institucionalizando momentos pedagógicos de prestação de contas. Somente a integração real do PDI ao cotidiano acadêmico e a mediação ativa dos conflitos no clima organizacional permitirão que o Câmpus Luziânia recupere os níveis de excelência e cumpra integralmente sua função social.

2.1.1. Dimensão 1: Função social e o plano de desenvolvimento institucional

No âmbito da Dimensão 1, que trata da Função social e o plano de desenvolvimento institucional, o foco recai sobre o grau de apropriação e consciência da comunidade em relação aos propósitos que norteiam a Instituição e à sua eficácia enquanto agente transformador da sociedade. Essa análise ganha materialidade inicial na Questão 1, que investiga especificamente o nível de conhecimento da comunidade sobre a função social do IFG.

Os resultados coletados em 2025 revelam que este indicador representa uma das maiores potencialidades do Câmpus Luziânia, apresentando um índice consolidado de aprovação (SIM, correspondente a soma de Ótimo e Bom) de 78,19%, o que fundamenta a indicação de "MANTER". A seguir, detalham-se os dados segmentados que sustentam esse diagnóstico positivo, evidenciando as nuances de percepção entre docentes, discentes e técnicos-administrativos.

Quadro 3.12 - Questão 1: Síntese do Conhecimento sobre a Função Social do IFG

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional						
Dimensão I						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 01	O seu conhecimento sobre a função social do IFG é:				Média	% Aprovação
Escala	Ótimo	18,37%	52,17%	20,00%	30,18%	78,19%
	Bom	44,90%	39,13%	60,00%	48,01%	
	Regular	28,57%	4,35%	20,00%	17,64%	
	Ruim	2,04%	0,00%	0,00%	0,68%	
	Péssimo	2,04%	0,00%	0,00%	0,68%	
	Não sei	4,08%	4,35%	0,00%	2,81%	
	Indicação do segmento	DESENVOLVE R	MANTER	MANTER	MANTER	

A análise dos dados da Questão 01 apresentada pelo Quadro 3.12 demonstra que a identidade pública e inclusiva da Instituição está consolidada no imaginário da comunidade acadêmica, embora apresente variações de profundidade entre os segmentos.

Os resultados indicam uma potencialidade institucional. O índice consolidado de 78,19% situa o indicador na zona de "MANTER", demonstrando que a missão primordial da instituição é amplamente reconhecida. No entanto, observa-se uma discrepância relevante entre os servidores (docentes com 91,30% e técnicos com 80,00%) e o corpo discente (63,27%), evidenciando que a apropriação do conceito de função social é menos robusta entre os estudantes.

Diferentemente dos indicadores relacionados ao planejamento estratégico, o índice de respostas "Não sei" referente à função social apresenta caráter residual, com média geral de 2,81%. No segmento discente, observa-se 4,08% de desconhecimento absoluto, enquanto entre os docentes o percentual é de 4,35%. Já o segmento técnico-administrativo (TAE) não registra ocorrências (0,00%), evidenciando plena familiaridade com o tema.

Em termos interpretativos, a baixa incidência de respostas dessa natureza indica que a comunidade acadêmica detém uma identidade institucional relativamente consolidada, ainda que com variações na profundidade dessa compreensão entre os diferentes segmentos.

A análise técnica revela que a função social do IFG é melhor assimilada do que os documentos formais que a regem. O alto índice entre docentes (91,30%) reflete a consolidação da missão institucional nos fóruns pedagógicos e na prática cotidiana. O índice de 63,27% entre estudantes, embora positivo, sugere que as ações de acolhimento e semanas de integração precisam enfatizar mais o papel social da instituição para além da oferta de cursos.

Ao cruzar dados, percebe-se que a comunidade conhece a "missão", mas tem dificuldade em associá-la às metas técnicas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), indicando que a função social é percebida mais como um valor ético do que como um plano de gestão.

Embora a Questão 1 apresente resultados satisfatórios, a manutenção desse status depende da sensibilização ativa dos discentes. Recomenda-se a institucionalização de momentos pedagógicos que conectem a "Função Social" às entregas materiais do câmpus, visando elevar a percepção estudantil ao nível de excelência já verificado entre os servidores.

Não obstante, o Quadro 3.13 destaca a análise dos resultados da Questão 2 - O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 prorrogado até 2025) é, reflete o grau de apropriação do principal instrumento de planejamento estratégico da Instituição.

Os dados revelam uma discrepância acentuada na cultura avaliativa do câmpus. Enquanto o corpo docente apresenta uma potencialidade consolidada (78,26%), os segmentos discente (32,65%) e técnico (40,00%) situam-se em patamares de fragilidade crítica, o que posiciona o indicador geral na zona de "MELHORAR". Essa polarização indica que o PDI ainda é percebido como um documento restrito aos fóruns de discussão pedagógica, falhando em permear a base estudantil e os setores administrativos.

Quadro 3.13 - Questão 2: Síntese sobre o Conhecimento do PDI

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional						
Dimensão I						
Segmento		Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus	
Questão 02	O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019 prorrogado até 2025) é:				Média	% Aprovação
Escala	Ótimo	8,16%	30,43%	20,00%	19,53%	50,30%
	Bom	24,49%	47,83%	20,00%	30,77%	
	Regular	24,49%	17,39%	60,00%	33,96%	
	Ruim	16,33%	0,00%	0,00%	5,44%	
	Péssimo	4,08%	0,00%	0,00%	1,36%	
	Não sei	22,45%	4,35%	0,00%	8,93%	
	Indicação do segmento	MELHORAR	MANTER	MELHORAR	MELHORAR	

O índice de respostas “Não sei” atua como o principal indicador de vácuo informacional estratégico.

- Média Geral: 8,93% da comunidade desconhece o documento que rege as metas da instituição.
- Segmento Discente: Registra o dado mais alarmante, com 22,45% de desconhecimento absoluto.

Este elevado percentual entre os estudantes compromete a função emancipatória da autoavaliação, evidenciando que o PDI permanece invisível para quase um quarto do corpo discente. A ausência de familiaridade com o documento impede que os discentes compreendam o nexo entre o planejamento estratégico e as melhorias em curso no câmpus.

A análise técnica aponta que a fragilidade neste indicador decorre de uma comunicação institucional passiva e burocratizada. A mera publicação no site e o envio de e-mails em massa não garantem a apropriação de um documento denso e técnico como o PDI. A falta de versões pedagógicas ou sintetizadas (como cartilhas com infográficos) dificulta o engajamento de segmentos que não lidam diretamente com a gestão. E, a percepção de que a gestão não aplica os

planos de ação de forma material e visível desencoraja a comunidade a buscar o conhecimento das metas institucionais.

Ao confrontar os dados atuais (Quadro 3.8) com a série histórica de Luziânia, identifica-se uma tendência de lentidão na apropriação estratégica. Após um avanço significativo em 2021, o indicador sofreu uma regressão de 4,40 pontos percentuais, demonstrando que a cultura de acompanhamento do PDI não se consolidou como um hábito permanente. Os professores mantiveram a tendência de alta, saltando de 66,6% (2021) para 78,26% (atual), o que reforça o papel deste grupo como multiplicador potencial de informação. Os discentes e TAEs permanecem como os grupos mais vulneráveis à desinformação, mantendo o indicador geral abaixo do padrão de qualidade exigido.

O conhecimento insuficiente sobre o PDI (50,30%) em Luziânia exige a transição para estratégias de sensibilização ativa. Propõe-se a elaboração de uma versão sintetizada do PDI em formato de cartilha, a institucionalização de momentos de apresentação do documento nas semanas de acolhimento e a criação de uma plataforma interativa para acompanhamento das metas em tempo real, garantindo o fechamento da prestação de contas institucional.

2.1.2. Dimensão 3: Responsabilidade social da instituição

No âmbito do Eixo 2 — Desenvolvimento Institucional, a Dimensão 3 — Responsabilidade Social da Instituição, foca na mensuração do impacto das ações do Câmpus Luziânia para além de seus muros acadêmicos. Esta abordagem investiga o compromisso institucional com temas fundamentais como a inclusão social, o desenvolvimento econômico local, o incentivo científico, a defesa do meio ambiente e o respeito à diversidade étnica, religiosa, de gênero e sexualidade. Trata-se de avaliar como a instituição materializa seu compromisso ético perante a comunidade, em conformidade com as diretrizes do SINAES e as metas estratégicas estabelecidas no PDI.

O cenário identificado pelos resultados de 2025 revela uma percepção institucional heterogênea, caracterizada por contrastes entre potencialidades consolidadas e fragilidades que demandam intervenções imediatas. Enquanto o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico se destaca como o ponto de maior reconhecimento positivo na dimensão, as políticas de inclusão para

peças com necessidades educacionais específicas e as ações voltadas à preservação ambiental emergem como os indicadores mais sensíveis.

De forma geral, os diagnósticos sinalizam que, embora as diretrizes institucionais estejam formalmente alinhadas à missão do IFG, a comunidade percebe a necessidade de fortalecer a materialização prática dessas políticas e ampliar a eficácia das ações de acolhimento e sustentabilidade no cotidiano do câmpus.

Dando continuidade ao diagnóstico da responsabilidade social, a análise detalhada inicia-se pela Questão 1 — O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é, cujos resultados para o Câmpus Luziânia, referentes ao ciclo de 2025, encontram-se discriminados no Quadro 3.14.

Quadro 3.14 - Questão 1: Respeito às diferenças na comunidade do IFG

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional						
Dimensão III						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 01	O respeito pelas diferenças étnicas, religiosas, políticas, de gênero e sexualidade na comunidade do IFG é:			Média	% Aprovação	
Escala	Ótimo	48,98%	34,78%	40,00%	41,25%	69,03%
	Bom	28,57%	34,78%	20,00%	27,78%	
	Regular	22,45%	17,39%	20,00%	19,95%	
	Ruim	0,00%	4,35%	0,00%	1,45%	
	Péssimo	0,00%	4,35%	20,00%	8,12%	
	Não sei	0,00%	4,35%	0,00%	1,45%	
	Indicação do segmento	MANTER	DESENVOLVER	DESENVOLVER	DESENVOLVER	

Este indicador assume um papel central na avaliação, pois permite mensurar o clima organizacional e o grau de efetividade das políticas de convivência democrática e inclusiva preconizadas no PDI. A percepção manifestada pelos três segmentos da comunidade acadêmica fornece evidências sobre como os valores éticos de acolhimento e respeito à diversidade estão materializados nas relações cotidianas da Instituição, permitindo identificar se o discurso

institucional de promoção da igualdade de fato se traduz em uma prática de proteção à livre manifestação e identidade dos sujeitos.

Os dados revelam que o indicador de respeito às diferenças situa-se na zona de "DESENVOLVER", com um índice consolidado de 69,03%. Embora o segmento discente apresente uma potencialidade (77,55%), observa-se uma discrepância significativa em relação aos servidores. O segmento TAE manifesta a percepção mais crítica (60%), registrando um índice alarmante de 20,00% de respostas "Péssimo". Este dado isolado é o mais alto índice de rejeição em toda a Dimensão 3, sinalizando focos de conflito ou fragilidades severas no clima organizacional entre os técnicos-administrativos.

O índice de respostas que indicam desconhecimento ("Não sei") para este indicador é residual, apresentando uma média geral de apenas 1,45%. Notavelmente, os segmentos discente e técnico-administrativo registraram 0,00% de desconhecimento absoluto, enquanto o segmento docente apresentou um índice de 4,35%. A quase total ausência de respostas evasivas nos grupos estudantil e técnico sugere que o tema da diversidade e do respeito mútuo goza de alta visibilidade e constitui uma vivência direta no cotidiano do câmpus. Diferente de indicadores estritamente burocráticos ou administrativos, o respeito às diferenças é percebido e avaliado por meio das interações sociais diárias, o que confere aos resultados quantitativos o status de reflexo fiel da realidade institucional, consolidando um diagnóstico sem lacunas informacionais significativas.

A análise técnica dos resultados sugere a existência de um hiato entre o compromisso ético formalizado no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a prática cotidiana de convivência no ambiente acadêmico. Embora o PDI estabeleça a promoção da igualdade e o respeito à diversidade como pilares da função social da Instituição, os dados indicam que a materialização desses valores enfrenta barreiras estruturais e relacionais.

- Clima Institucional e Tensões Políticas: A classificação de 20,00% como "Péssimo" pelo segmento TAE configura um alerta crítico para a gestão. Essa percepção de hostilidade pode estar vinculada a remanescentes de intolerância política ou a fragilidades crônicas nas relações interpessoais de trabalho, conforme já sinalizado em diagnósticos de ciclos anteriores

e em manifestações qualitativas de servidores que apontam o desrespeito especificamente no âmbito das divergências ideológicas.

- Políticas de Gênero e Invisibilidade da Parentalidade: Contribuições qualitativas, especialmente do corpo docente, revelam que o IFG ainda enfrenta dificuldades para mitigar desigualdades de gênero em sua complexidade. Um ponto de tensão relevante é a invisibilidade da parentalidade; o desafio de conciliar a rotina acadêmica ou laboral com a criação de filhos (mães e pais estudantes/servidores) é apontado como um fator que compromete a percepção de uma inclusão plena e efetiva, impactando diretamente o bem-estar e a permanência dos sujeitos no câmpus.
- Cultura Avaliativa e Lacunas de Diálogo: A persistência desses pontos sensíveis reflete uma fragilidade na cultura de devolutiva institucional. A ausência de momentos formais e sistemáticos de debate sobre o clima organizacional impede que a gestão identifique e sane as causas da insatisfação de forma preventiva. Sem espaços de escuta ativa, como rodas de conversa ou fóruns de mediação, as tensões identificadas tendem a se consolidar, dificultando a transição do indicador do nível "DESENVOLVER" para o de excelência ("MANTER").

Em suma, o fortalecimento da responsabilidade social no Câmpus Luziânia exige que a gestão transcenda a divulgação passiva de normas e avance para uma gestão ativa do clima organizacional, focada na humanização das relações e no suporte às especificidades de gênero e diversidade política.

O Quadro 3.14 destaca visualmente o índice de "Péssimo" do segmento TAE (20,00%), que destoia significativamente do padrão de aprovação verificado entre os discentes e docentes. Este dado evidencia que, embora a maioria das respostas (Ótimo + Bom) seja dominante em todos os segmentos, o câmpus enfrenta um núcleo de resistência ou insatisfação concentrado no corpo técnico-administrativo.

Este dado é o mais crítico da Dimensão 3 e aponta que a existência de uma parcela considerável de servidores técnicos que percebe o ambiente de forma negativa impede que o indicador de respeito às diferenças atinja o nível de excelência institucional ("MANTER") para toda a comunidade.

Dando continuidade ao diagnóstico da responsabilidade social institucional, a análise do incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico, objeto da Questão 2, estabelece um nexo indissociável com a promoção da cidadania discutida na questão anterior, expandindo o compromisso do Câmpus Luziânia para além do clima organizacional em direção ao impacto social da produção do conhecimento.

Os dados consolidados no ciclo de 2025, apontados no Quadro 3.15, revelam um cenário de êxito estratégico, com um índice consolidado de aprovação de 77,51%, o que enquadra o indicador na categoria técnica de “MANTER”. A análise estratificada por segmentos evidencia uma percepção excepcional entre os técnicos-administrativos, que atingiram o patamar de 100,00% de aprovação, indicando uma apropriação plena deste grupo em relação às políticas de incentivo vigentes.

Quadro 3.15 - Questão 2: Incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional						
Dimensão III						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 02	O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:				Média	% Aprovação
Escala	Ótimo	34,69%	30,43%	20,00%	28,37%	77,51%
	Bom	32,65%	34,78%	80,00%	49,14%	
	Regular	24,49%	13,04%	0,00%	12,51%	
	Ruim	6,12%	13,04%	0,00%	6,39%	
	Péssimo	2,04%	4,35%	0,00%	2,13%	
	Não sei	0,00%	4,35%	0,00%	1,45%	
Indicação do segmento	DESENVOLVER	DESENVOLVER	MANTER	MANTER		

Os discentes e docentes apresentaram índices de aprovação de 67,34% e 65,21%, respectivamente, o que, embora denote uma convergência favorável,

revela uma margem de percepção positiva inferior à média global impulsionada pela unanimidade dos servidores técnicos.

A transparência e a visibilidade das ações de fomento são corroboradas pelo reduzido índice de respostas “Não sei”, que registrou uma média institucional de apenas 1,45%. Analiticamente, a ausência total de incertezas entre discentes e técnicos-administrativos sugere que as estratégias de comunicação e a publicização de editais de pesquisa e inovação têm sido eficazes em atingir a base da comunidade acadêmica, consolidando o tema como um componente reconhecido da identidade institucional. Este dado é particularmente relevante ao demonstrar que o desenvolvimento científico não é percebido como uma atividade isolada, mas como um processo acessível e de conhecimento público. A análise interpretativa aprofundada permite associar este desempenho favorável, que representa um crescimento real de 5,91 pontos percentuais frente aos 71,60% registrados em 2021, à maturação de programas institucionais de apoio à produtividade e qualificação, como o Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (ProAPP) e o Programa de Bolsa de Qualificação de Servidores (PIQS).

Observa-se um alinhamento robusto entre o planejamento estratégico e a execução pedagógica, em que a articulação entre ensino e pesquisa transcende o rito burocrático e se materializa em práticas perceptíveis. A evolução positiva deste indicador, em contraste com a regressão observada em outras dimensões da responsabilidade social, sinaliza que as políticas de fomento científico lograram êxito em manter sua eficácia mesmo diante de transições administrativas e operacionais.

Sob a ótica da discussão crítica, as implicações institucionais de tal êxito não eximem a gestão de pontos de atenção preeminentes. Persistem riscos estruturais vinculados à intensificação do trabalho docente, em que o acúmulo de encargos didáticos pode atuar como barreira à expansão da produção científica e tecnológica. Além disso, a manutenção deste patamar de excelência exige que a instituição busque o fortalecimento de parcerias externas e o incremento de recursos junto a órgãos de fomento, visando mitigar as limitações orçamentárias internas e assegurar a oferta contínua de bolsas de iniciação científica para estudantes e servidores.

Em síntese, o incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico no Câmpus Luziânia projeta-se como uma das maiores potencialidades do Eixo 2. A tendência de evolução positiva verificada entre 2021 e 2025 (Quadro 3.9) ratifica a eficácia das políticas de indução e sugere que o planejamento institucional tem sido capaz de converter diretrizes normativas em transformações qualitativas reais, fortalecendo a cultura avaliativa como um instrumento de transformação e garantia da qualidade acadêmica.

Por ocasião do diagnóstico da responsabilidade social institucional constante no Quadro 3.16, a análise do desenvolvimento de ações voltadas para a preservação do meio ambiente, objeto da Questão 3, estabelece uma conexão direta com o incentivo científico discutido na etapa anterior, ao avaliar como a produção de conhecimento e a gestão administrativa se materializam em práticas sustentáveis.

Quadro 3.16 - Questão 3: Ações voltadas à preservação do meio ambiente

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional						
Dimensão III						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 03	O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:			Média	% Aprovação	
Escala	Ótimo	14,29%	21,74%	20,00%	18,68%	52,41%
	Bom	55,10%	26,09%	20,00%	33,73%	
	Regular	20,41%	34,78%	60,00%	38,40%	
	Ruim	8,16%	0,00%	0,00%	2,72%	
	Péssimo	0,00%	4,35%	0,00%	1,45%	
	Não sei	2,04%	13,04%	0,00%	5,03%	
	Indicação do segmento	DESENVOLVER	MELHORAR	MELHORAR	DESENVOLVER	

Este indicador é fundamental para aferir o compromisso do Câmpus Luziânia com os pilares da sustentabilidade (social, ambiental e econômico) estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com as

diretrizes do SINAES, que preconizam a defesa do meio ambiente como componente indissociável da qualidade educativa.

Os resultados quantitativos coletados no ciclo de 2025 revelam um índice consolidado de aprovação de 52,41%, o que enquadra o indicador na categoria técnica “DESENVOLVER”. No entanto, a leitura estratificada por segmento evidencia discrepâncias profundas na percepção institucional: enquanto o corpo discente apresenta um índice de aprovação de 69,39%, os segmentos de docentes e técnicos-administrativos manifestam visões significativamente mais críticas, registrando apenas 47,83% e 40,00% de avaliações positivas, respectivamente.

Não obstante, esse distanciamento sugere que a percepção de êxito dos estudantes, possivelmente vinculada a ações pedagógicas pontuais, não é compartilhada pelos servidores, que vivenciam de forma mais direta as limitações da gestão administrativa e estrutural no cotidiano da unidade.

A análise do índice de respostas “Não sei” reforça esse cenário de fragilidade informacional, atingindo uma média institucional de 5,03%, com um destaque preocupante entre os docentes, grupo no qual o desconhecimento sobre as ações ambientais alcança 13,04%.

Analiticamente, esse dado sinaliza uma lacuna na visibilidade das políticas de sustentabilidade, indicando que, embora existam diretrizes previstas no PDI, como o uso racional de energia e a gestão de resíduos, tais iniciativas carecem de estratégias de comunicação interna eficazes que as tornem reconhecidas como um processo institucional consolidado e não apenas como esforços isolados.

A interpretação aprofundada dos resultados permite associar o desempenho moderado à descontinuidade ou à baixa percepção de efetividade de metas estruturantes, como a criação do Comitê de Sustentabilidade prevista na Meta 25 do PDI.

A predominância de avaliações críticas entre os servidores sugere causas institucionais ligadas a fragilidades na implementação de políticas de reciclagem e no combate ao desperdício de recursos materiais, como papel e copos descartáveis, além de uma possível dissociação entre o planejamento estratégico e a execução prática das ações de preservação.

Sob a ótica das implicações institucionais, o diagnóstico revela riscos à consolidação de uma identidade ambientalmente responsável, visto que a sustentabilidade corre o risco de ser percebida como um rito burocrático “no papel”, sem reflexo nas rotinas administrativas.

Como potencialidade, identifica-se a abertura da comunidade, especialmente discente, para o engajamento nessas pautas, o que exige da gestão uma transição para estratégias de transparência ativa e o fortalecimento de canais locais para a coleta de sugestões práticas.

Em síntese, o desenvolvimento de ações de preservação ambiental no Câmpus Luziânia projeta-se como um campo em transição, que necessita de investimentos em infraestrutura e em metodologias de gestão participativa para atingir patamares de excelência.

A manutenção do nível “desenvolver” depende da capacidade da instituição em institucionalizar práticas de consumo consciente e em converter o diagnóstico da autoavaliação em planos de ação tangíveis, assegurando que o compromisso ambiental transcenda o discurso normativo e se torne um componente vivo da cultura acadêmica.

Complementando o panorama da responsabilidade social no Câmpus Luziânia, o exame da política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas permite mensurar a eficácia institucional na promoção da equidade e no acolhimento da diversidade.

Este indicador estabelece uma convergência ética com as temáticas de sustentabilidade e produtividade científica tratadas anteriormente, ao situar a acessibilidade pedagógica como a face mais visível do compromisso com a dignidade humana.

A análise deste quesito é fundamental para aferir a aderência às metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e às diretrizes do SINAES, que estabelecem o atendimento especializado não apenas como um rito normativo, mas como um requisito finalístico essencial para a consolidação de uma educação pública e socialmente referenciada.

Os resultados quantitativos dispostos no Quadro 3.17 e obtidos no ciclo de 2025 revelam um índice consolidado de aprovação de apenas 48,15%, o que posiciona o indicador na zona crítica de indicação técnica “MELHORAR”.

A análise estratificada evidencia discrepâncias acentuadas entre os segmentos: enquanto o corpo discente registra uma percepção positiva de 65,31%, situando-se no nível “Desenvolver”, os segmentos de servidores técnicos-administrativos e docentes apresentam índices significativamente menores, com 40,00% e 39,13% de aprovação, respectivamente.

Quadro 3.17 - Questão 4: Política de inclusão e acompanhamento de PNEE

Eixo 2: Desenvolvimento Institucional						
Dimensão I						
Segmento	Discentes	Docentes	Técnicos	Total Câmpus		
Questão 04	A política de inclusão e acompanhamento de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:			Média	% Aprovação	
Escala	Ótimo	16,33%	13,04%	20,00%	16,46%	48,15%
	Bom	48,98%	26,09%	20,00%	31,69%	
	Regular	14,29%	34,78%	60,00%	36,36%	
	Ruim	4,08%	13,04%	0,00%	5,71%	
	Péssimo	4,08%	8,70%	0,00%	4,26%	
	Não sei	12,24%	4,35%	0,00%	5,53%	
	Indicação do segmento	DESENVOLVER	MELHORAR	MELHORAR	MELHORAR	

Esse cenário demonstra que os profissionais que atuam diretamente na operacionalização pedagógica e administrativa possuem uma visão mais severa sobre as lacunas do processo inclusivo do que os estudantes em geral.

O índice de respostas “Não sei” atinge uma média institucional de 5,53%, revelando um vácuo informacional heterogêneo entre os grupos. Destaca-se que 12,24% dos discentes desconhecem a política de inclusão, o que sugere uma falha na visibilidade das ações de suporte estudantil, contrastando com o segmento de técnicos-administrativos, no qual a incerteza é nula (0,00%).

Analiticamente, a ausência de dúvidas entre os servidores, somada à baixa aprovação, indica que este grupo possui plena consciência das atividades

desenvolvidas, mas as considera insuficientes para atender às demandas reais da unidade.

A análise interpretativa aprofundada permite associar esse diagnóstico de fragilidade a causas estruturais e burocráticas recorrentes. Registros qualitativos apontam que, embora a estrutura regulatória e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) estejam institucionalizados, sua efetividade é comprometida pela escassez de recursos para a contratação de profissionais de apoio e professores especializados.

Identifica-se, ainda, que os avanços têm se concentrado em áreas específicas, como o ensino de Libras, enquanto persistem lacunas severas no acompanhamento de estudantes com deficiência intelectual, autismo e deficiências visuais. Soma-se a isso a permanência de barreiras físicas, como rampas excessivamente íngremes e instalações sanitárias com problemas de manutenção, que contradizem o discurso normativo de acessibilidade plena.

Sob a ótica da discussão crítica, as implicações institucionais revelam riscos preeminentes à consolidação da função social do câmpus. A percepção de que a inclusão ocorre prioritariamente “no papel” gera um cenário de desmobilização e descrédito das instâncias de apoio.

A acentuada regressão de 17,85 pontos percentuais observada na comparação com o índice de 66,00% registrado em 2021 configura o ponto de maior alerta de todo o Eixo 2, sinalizando que as políticas vigentes não foram capazes de sustentar os avanços anteriores diante das transformações administrativas do período.

Em síntese, a política de inclusão no Câmpus Luziânia projeta-se como um desafio estratégico que exige a transição de uma postura passiva para uma gestão de transparência ativa e resolutiva. A superação do patamar de “melhorar” depende da superação das barreiras burocráticas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e de investimentos contínuos em infraestrutura física humanizada. Somente a integração efetiva entre o planejamento estratégico e as práticas cotidianas de acolhimento permitirá que a instituição cumpra integralmente seu compromisso com a equidade e a excelência inclusiva.

3.5 SUGESTÕES DA CPAL

A CPAL é também espaço para se (re)pensar os passos futuros do processo de autoavaliação institucional, posto que se revela no momento em que os dados coligidos deixam de se apresentar apenas como indicadores e passam a ser considerados possibilidades reais de mudanças e melhorias. A CPAL, então, deve fazer a mediação entre a comunidade acadêmica e as várias instâncias de gestão dentro do IFG e, particularmente, no Campus Luziânia.

Não restam dúvidas de que a produção de um relatório, na medida em que consubstancia dados e informações em análises e encaminhamentos, pode contribuir para o aprimoramento das políticas de ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, gestão de pessoal etc.

A autoavaliação é o exercício de olhar para dentro, de avaliar a condução e, se for o caso, alterar rotas. É nesse sentido que o presente relatório se coloca na função de subsidiar o planejamento institucional do campus com vistas a melhorias em várias vertentes.

Quadro 3.18 - Sugestões CPAL para o Eixo 1 - Planejamento e Autoavaliação Institucional

Pontos Críticos	Sugestões CPA
Baixo conhecimento acerca dos resultados da CPAL	<ol style="list-style-type: none">1. Utilizar melhor os espaços de reuniões de docentes, técnicos e discentes para divulgação dos trabalhos da CPAL;2. Criar boletins semestrais a serem divulgados nos canais e redes institucionais;
Retorno da gestão aos encaminhamentos da CPA	<ol style="list-style-type: none">1. Estabelecer um plano de acompanhamento e recomendações da CPAL com o status de executado, em andamento e pendente;
Cultura de autoavaliação	<ol style="list-style-type: none">1. Promover a formação continuada sobre a importância da avaliação institucional;2. Inserir a temática da CPA na recepção de novos estudantes e servidores.

<p>Aprimorar a participação dos TAEs na autoavaliação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar estratégias específicas de comunicação para os TAE's; 2. Valorizar institucionalmente a participação dos servidores técnicos.
<p>Revisar os instrumentos de avaliação</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Questionários mais objetivos e acessíveis; 2. Elaborar questionários de acordo com cada segmento da comunidade acadêmica - docentes, discentes e técnicos administrativos.

4 DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

Embora já mencionados os marcos legais que subsidiam os processos avaliativos das Instituições de Ensino Superior da Rede Federal, é válido registrar que o Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, assegura que o objetivo deste é “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes”, sendo a CPA um dos componentes do processo de autoavaliação interna das instituições.

Também no artigo 3º da Resolução CONSUP/IFG nº 38, de 25 de novembro de 2019, está definida a autonomia das comissões em relação aos outros órgãos colegiados da instituição, bem como a atribuição de sistematizar as informações necessárias ao “aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa”. Dessa forma, criar a cultura institucional de autoavaliação passa a ser fundamental para que a CPA alcance os objetivos definidos na lei Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004 e nas resoluções internas de cada IES.

Nesse sentido, indicar alguns dos desafios para os próximos processos de autoavaliação é parte inerente do próprio processo autoavaliativo. Sem conhecer as fragilidades e os pontos de atenção não é possível corrigir rotas, construir caminhos novos, identificar meios eficientes para se buscar melhorias inseridas dentro dos níveis satisfatórios e/ou de excelência.

Serão notados na leitura deste relatório que, desde a implantação da autoavaliação, alguns desafios não aparecem como superados ou minimizados de forma a garantir a ampliação da participação da comunidade acadêmica, bem como ter a dimensão de suas percepções acerca da instituição, dos pontos frágeis e fortes, entre outros.

A seguir, passa-se a apresentar os desafios e, em alguma medida, sugerir encaminhamentos, muito embora ao longo de todo este relatório as análises primam, também, por indicar saídas possíveis para os problemas identificados.

1. O fortalecimento da cultura de avaliação: historicamente, a avaliação é percebida como um instrumento de controle ou fiscalização, o que gera resistência. Superar essa visão exige a prática da avaliação como um processo contínuo e, portanto, integrado ao cotidiano acadêmico, onde os erros sejam compreendidos como oportunidade de aprimoramento. A superação da avaliação como objeto

de punição parte de ações concretas como: sensibilização da comunidade e comunicação com peças publicitárias, vídeos, workshops, seminários, participação da gestão em reuniões sobre o tema ;, disponibilização dos relatórios através de dashboards facilitando a compreensão e análise pela comunidade, apresentação e discussão dos resultados da autoavaliação na comunidade acadêmica, elaboração e apresentação de um plano de ação garantindo que as evidências coletadas subsidiem o planejamento e a tomada de decisão na instituição.

2. Participação da comunidade externa, transparência e publicidade: esse desafio revela tanto a baixa percepção do processo de autoavaliação junto à sociedade, como explicita que nossa comunicação com o público externo e interno, apesar de regularmente realizado, tem encontrado barreiras/dificuldades de chegar até o receptor. Seria o caso de pensar em mudanças na linguagem, nos canais e plataformas ou, quem sabe, nos sujeitos que emitem a comunicação.
3. Aplicação dos dados e reflexões produzidas pelas Comissões Próprias de Avaliação: entende-se que os gestores têm, na medida do possível, inserido no cotidiano da gestão e nos diferentes documentos institucionais – tais como o PDI, os planejamentos e propostas das Pró-reitorias, Direções de campi, Chefias de Departamentos, Coordenações de Curso –, as observações e conclusões que as CPA e CPAL produzem. Todavia, por que a percepção da comunidade acadêmica indica índices insatisfatórios? A pergunta, neste caso, é mais importante do que uma possível resposta. Se as instâncias gestoras sub-utilizam esses dados, a repercussão entre os membros da CPA é de que o trabalho não é valorizado e, por conseguinte, há um esvaziamento da importância dessa ferramenta e do interesse em ser integrante diante de tantas outras demandas. Da mesma forma, na comunidade acadêmica, o nível de conhecimento dos trabalhos da CPA também são reduzidos, indicando que os resultados não chegam na ponta, não refletem um conjunto maior desta comunidade.
4. Ajuste metodológico: Esse desafio interrelaciona-se com o anterior na medida em que a baixa participação da comunidade acadêmica e externa além de um problema, resulta em uma avaliação distanciada da realidade, visto que as demandas não são reportadas nos relatórios das CPAs. Ou seja, se a comunidade não participa, não haverá como seus anseios estarem representados nos relatórios. Os mecanismos de participação, assim como os

de aferição dos resultados das consultas, precisam ser repensados ou, talvez, construídas outras ferramentas para além dos já utilizados. Ouvir a comunidade acadêmica acerca dos mais indicados instrumentos para a coleta de dados bem como o tratamento dos mesmos é bastante sensível para se atingir melhores resultados.

5. Formação estruturada dos membros da CPA: a escolha/indicação dos membros da CPA precisam observar, além da disposição de cada servidor, o perfil técnico e a formação continuada para este trabalho, sob risco de que os resultados presentes nos relatórios não atinjam padrões esperados.
6. Repercussão institucional: ainda que incorporados nas gestões, o fato é que a percepção da comunidade acadêmica (que recebe as mensagens de várias formas, tais como e-mails informativos da Comunicação Social vinculados diretamente à Reitoria e aos gabinetes, comunicação interna da chefias de departamentos e coordenações) é de desconhecimento ou, na melhor das hipóteses, que há dissociação entre as tomadas de decisão dos gestores e os encaminhamentos presentes nos relatórios da CPA.

Esses pontos acima estão diluídos em vários momentos deste relatório e indicam que mais do que fazer cumprir uma exigência prevista em lei, as comissões de avaliação precisam transformar-se em política permanente de qualidade, defendida e utilizada por gestores e servidores de maneira geral. As etapas de planejamento dos trabalhos e sensibilização interna precisam ser melhor executadas, visto que a definição dos objetivos, metodologia, estratégias, recursos necessários e cronograma de ações avaliativas urgem ser construídos, primeiramente, com a comunidade. É preciso ressaltar que alguns membros da CPAL do câmpus Luziânia foram incorporados à equipe neste ano de 2026, quando os trabalhos já estavam acontecendo.

Os relatórios da CPA são parte integrante de um processo maior de avaliação das atividades das IES e, exatamente por serem construídos com a participação da comunidade acadêmica, configura-se em um instrumento democrático que torna possível a inserção da própria instituição no processo de sua avaliação. Melhorar esses indicadores pode ser um passo decisivo para a qualidade do ensino e da relevância social do IFG e, particularmente, do Campus Luziânia.

REFERÊNCIAS

BALZAN, Newton Cesar; AUGUSTO, Rosana. A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas; Sorocaba, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/SSS7PRdkwdC4Sx7PNFC8bYK/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 25 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007** (republicada em 29 de dezembro de 2010). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior. Brasília, DF: MEC, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65/2014**. Roteiro do Relatório de Autoavaliação Institucional. Brasília: INEP, 2014. Disponível em: http://www.pucsp.br/cpa/downloads/nota-tecnica-inep-daes-conaes-065.2014_roteiro-para-relatorio-de-autoavaliacao-institucional.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Manual de redação oficial**. 1. ed. Goiânia: Ed. IFG, 2019. Disponível em: <https://ifg.edu.br/attachments/article/651/manual-redacao.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019-2023** (prorrogado até 2025). Goiânia: IFG, 2019. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos/62-ifg/a-instituicao/11546-plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023>. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Superior. **Resolução nº 21, de 07 de dezembro de 2015**. Institui a Comissão Permanente para as Relações Étnico-Raciais (CPPIR) no âmbito do IFG. Goiânia: IFG, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Superior. **Resolução nº 30, de 02 de outubro de 2017**. Institui o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) no âmbito do IFG. Goiânia: IFG, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Conselho Superior. **Resolução nº 38, de 25 de novembro de 2019**. Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Goiânia: IFG, 2019.

Disponível

em:

https://www.ifg.edu.br/attachments/article/120/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONSULP_IFG_n_38_de_25_de_dezembro_de_2019.pdf. Acesso em: 25 mar. 2026.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Reitoria. **Portaria nº 3644, de 02 de julho de 2025**. Designa a Comissão Própria de Avaliação (Central) do IFG para o mandato 2025-2027. Goiânia: IFG, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. Reitoria. **Portaria nº 5679, de 05 de novembro de 2025**. Designa os membros da Comissão Própria de Avaliação Local do Câmpus Luziânia. Goiânia: IFG, 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Relatório de Autoavaliação Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**. Florianópolis: IFSC, 2016.